

INSERÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA: AS BÓIAS-FRIAS NA AGRICULTURA DO SUDOESTE PAULISTA¹

Maria Carlota Meloni Vicente²

**INSERTION OF THE FEMALE LABOR FORCE:
the temporary (nonresident) in the Southwestern
agriculture, São Paulo, Brazil**

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a inserção da trabalhadora volante ou bóia-fria na agricultura de municípios do sudoeste paulista: Itaberá, Itararé e Riversul. Inicialmente, foram apresentadas considerações sobre a inserção das mulheres no trabalho agrícola, avaliando-se, também, o desenvolvimento da agricultura na região estudada. A pesquisa foi baseada em informações obtidas por meio de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas junto às trabalhadoras rurais e diversos setores ligados à agricultura local. Da análise da inserção da mulher como bóia-fria na agricultura dos municípios pesquisados, concluiu-se haver significativa relação do trabalho assalariado com o incremento do cultivo de feijão em moldes empresariais, a partir da década de 70. Com a tecnificação dos cultivos e as mudanças na composição da produção agrícola, as volantes passaram a seguir um calendário de trabalho restrito e excludente, adotando estratégias de sobrevivência que incluem diversos serviços na cidade. Diante do processo de exclusão do trabalho e, conseqüentemente, das precárias condições de reprodução como trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma parcela vai se mobilizar na obtenção de terra para trabalhar.

Palavras-chave: mercado de trabalho rural, mulher na agricultura, trabalhadoras volantes.

SUMMARY

The present study had the objective to analyze the insertion of the temporary (nonresident) female workers or boia-fria (cold food) workers in the agriculture of municipal districts of Itaberá, Itararé and Riversul in the Southwest of São Paulo state. Initially considerations were presented about the women's insertion in the agricultural work, being also evaluated the development of the agriculture in the studied area. The results of the research were based on information obtained by means of the field research, with the accomplishment of interviews to rural workers and several sectors linked to the local agriculture. The analysis of the women's insertion as temporary (nonresident) workers in the agriculture of the researched municipal districts showed a significant relationship between the salaried work and the increase in the bean cultivation in an entrepreneurial scheme, as from the 1970's. With the technification of the cultivation and the changes in the composition of the agricultural production, the boia-fria workers started to follow a calendar of restricted work, adopting survival strategies that include several jobs in the city. Vis-a-vis the process of exclusion from work and, consequently, of the precarious reproduction conditions as male and female rural workers, a portion of these will mobilize themselves to obtain land for work.

Key-words: rural labor market, women in agriculture, temporary (nonresident) workers.

¹Trabalho referente ao projeto SPTC 16-006/98. Trabalho baseado na tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (VICENTE, 1997). A autora agradece ao Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e à Prof. Maria Regina C.T. Sader, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, as sugestões apresentadas na versão inicial do projeto, à prof. Rosa Ester Rossini, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, e aos pesquisadores José Sidnei Gonçalves e Celma da Silva Lago Baptistella, do Instituto de Economia Agrícola, as sugestões apresentadas na versão final do trabalho.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

1 - INTRODUÇÃO

As recentes pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil têm revelado crescimento dos níveis de participação feminina nas mais diversas atividades, bem como novas tendências de ocupação. Até a década de 70, a participação das mulheres não ultrapassou o patamar dos 20,0% (do total de mulheres em idade ativa), enquanto que nos anos noventas, esta taxa superou os 40,0%, com tendência a continuar crescendo (PIRES, 1995; WAJNMAN e PERPÉTUO, 1997).

A crescente incorporação da força de trabalho feminina imprime, portanto, uma nova configuração do mercado de trabalho, que necessita ser examinada no contexto das transformações globais do trabalho. Conforme aponta PIRES (1995), no Brasil, o grande mercado de trabalho compõe-se da articulação dos diversos mercados, que juntos acolhem três formas básicas de relações de trabalho: a dos assalariados legais com carteira de trabalho assinada, a dos assalariados sem carteira de trabalho assinada nos mercados não regulamentados e a dos ocupados por conta própria nos mercados de trabalho informais. Assim se reproduz a força de trabalho nos moldes mercantis em uma estrutura heterogênea em tecnologia e produtividade.

A partir dos anos oitentas, surge a questão do crescimento da informalidade e ilegalidade nas relações de trabalho. Associando esta realidade à inserção atual das mulheres no mercado de trabalho, pode-se constatar que é na informalidade onde se tem ampliada a atividade feminina. Outra referência é a de que esta incorporação tem ocorrido de forma mais intensa no setor terciário (engloba comércio e serviços).

No caso da agricultura, a participação daquelas que carregam as marcas da ilegalidade e da instabilidade no mercado de trabalho - as volantes ou bóias-frias - passa por um intenso crescimento após a década de 60. Este fato remete à formação da categoria de trabalho volante, que tem sido explicada como resultado do processo de transformações capitalistas pelo qual passou a agricultura, implicando a substituição de relações de trabalho - o colonato, por exemplo - por outras relações com base no assalariamento. Em termos da divisão

sexual do trabalho, na medida em que as famílias dos assalariados perdem a função como unidades produtivas, a reprodução destas só será assegurada quando seus membros conseguem vender a força de trabalho. Desaparece a divisão do trabalho entre os membros da família, e a venda da força de trabalho se faz obrigatória, encobrindo diferenças de sexo e idade na busca do emprego assalariado (GUIMARÃES e BRITO, 1989).

No Estado de São Paulo, como importantes empregadoras da mão-de-obra volante, tem se sobressaído as culturas da cana-de-açúcar, da laranja, do café e do algodão, dentre outras. Em 1980, cálculos elaborados por GUIMARÃES e BRITO (1989) evidenciaram como maiores empregadoras dos volantes a cana-de-açúcar e o café com valores de 26% e de 26,6% do total ocupado, respectivamente³. Dos volantes ocupados, 26,8% eram mulheres, com participações mais representativas no algodão (28,6%), no café (24,0%) e na cana-de-açúcar (32,0%). De acordo com a evolução da produção agrícola no Estado de São Paulo, atualmente, a cana-de-açúcar e a laranja constituem grandes absorvedoras do trabalho volante.

Em consequência da representatividade destas culturas, os estudos sobre as transformações capitalistas e das relações de trabalho rural, sobre as mudanças no processo de trabalho e a adequação qualitativa da força de trabalho à moderna agricultura, têm sido desenvolvidos preponderantemente com referência a estes cultivos.

O processo de modernização da agricultura alterou o mercado de trabalho de maneira expressiva. As modificações decorreram de dois movimentos: a modernização propriamente dita, associada à intensificação do uso de insumos e máquinas e a especialização em monoculturas inerente à formação dos grandes complexos agroindustriais e industriais. Esses movimentos atuaram no senti-

³Foram consideradas as culturas de agave, algodão, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, milho, soja e trigo. Além destas, consideraram-se horticultura (olericultura, fruticultura e floricultura), silvicultura, pecuária, avicultura, apicultura, um item referente a culturas não discriminadas e outro a atividade não definida. O maior percentual de volantes ficou alocado no item cultura não discriminada, dificultando, assim, a localização do emprego. Infelizmente, culturas importantes como a laranja e o feijão não puderam ser avaliadas.

do de desestruturar a agricultura centrada no trabalho familiar, modificando as relações de trabalho no campo. Dessa forma, integrou-se a mulher no mercado de mão-de-obra assalariada.

A modernização propriamente dita significou o incremento do uso de insumos e máquinas com o intuito de elevar a produtividade da agricultura. Esse aumento verificou-se tanto no incremento da produtividade da terra, para o que contribuíram as novas variedades de sementes selecionadas e os fertilizantes e corretivos, como também na produtividade do trabalho, com a intensificação do uso de tratores e máquinas nas atividades agropecuárias.

A disseminação do uso do trator e das máquinas agrícolas centrou-se nas tarefas de preparo do solo, plantio e tratamentos culturais com mais rapidez do que na colheita. O resultado direto desse fato está representado no crescimento da sazonalidade do trabalho, pois além da diminuição do uso de mão-de-obra nestas tarefas, a maior produtividade da terra aumenta a necessidade de trabalho sazonal na colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Além das novas possibilidades criadas pela mecanização, os progressos da química e da genética multiplicaram a produtividade agrícola, reduzindo a necessidade de mão-de-obra no campo. A urbanização ganha impulso, e o espaço do indivíduo, tanto na cidade como no campo, vai se tornando cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado de acordo com os ditames da ciência. O capital constante, antes centralizado nas cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial, passa a caracterizar o campo na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Este capital constante fixo ou localizado chega a toda parte apoiado pela rede de estradas de ferro e de rodagem (SANTOS, 1991).

A expansão da monocultura alterou o mercado de trabalho por imprimir um padrão específico de ocupação da mão-de-obra, concorrendo, também, para o acirramento da sazonalidade antes mencionada. Evoluem os grandes complexos agroindustriais e industriais representados principalmente pela cana-de-açúcar e citros, na medida em que decresce a importância do algodão e do café. A agricultura paulista passou de forma crescente a se concretizar

como um enorme mosaico de regiões especializadas em determinadas culturas. Além da cana-de-açúcar e da laranja, verificam-se a pecuária, o feijão, o algodão, o café, a soja, dentre outros, localizados em regiões específicas. No contexto do Estado, apresenta-se a diversificação, porém, na realidade do lugar, no município, no mercado de trabalho local, configura-se, muitas vezes, a monocultura, como é o caso do feijão em municípios do sudoeste paulista (GONÇALVES et al., 1990). Assim, a presença marcante de uma dada cultura faz com que as oportunidades de ocupação sejam bem maiores na colheita desta atividade.

A inserção mais acentuada das mulheres no mercado de trabalho agrícola tem sido na colheita dos diversos cultivos, sendo inclusive preferida ao homem em alguns produtos, como é o caso do algodão. Historicamente, a mulher sempre trabalhou de forma intensa nas atividades agropecuárias. Na estrutura de produção familiar, isso ocorreu e continua ocorrendo, na pecuária leiteira, nas farinhas artesanais, na "panha" do algodão e na colheita do café e demais cultivos, por exemplo. A modernização da agricultura ao vir acompanhada da expansão da monocultura, intensificou a ocupação das trabalhadoras como necessidade para sustentar sua expansão. Ressalte-se que ao se mecanizar as operações agrícolas e mais recentemente a colheita, exatamente as trabalhadoras sofrem maior discriminação, perdendo primeiro a ocupação.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a inserção da força de trabalho feminina - as trabalhadoras bóias-frias ou volantes - na produção agrícola de municípios do sudoeste paulista, com base na pesquisa de campo realizada nos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul⁴

⁴Após analisar informações sobre o sudoeste paulista, a seleção dos municípios para realização da pesquisa de campo recaiu em três municípios: Itaberá, Itararé e Riversul. Levou-se em consideração a importância da agricultura como fonte de emprego, onde os setores da indústria, do comércio e de serviços são bem menos expressivos. Além disso, as similaridades na composição da produção agrícola e nas condições do mercado de trabalho volante possibilitaram a análise para o conjunto dos municípios. Os municípios em questão compõem um espaço cujo processo de desenvolvimento não foi acompanhado por uma expansão industrial, tratando-se de uma região eminentemente agrícola, com predominância do cultivo de cereais e da criação de gado. As poucas indústrias existentes são as de extração de cal, beneficiamento de madeira e de produtos alimentícios.

(Figura 1). A agricultura da região pesquisada está centrada na produção de grãos, notadamente o feijão, e na pecuária. Analisou-se a ocupação da mão-de-obra volante feminina diante das transformações na produção agrícola, destacando as conseqüências desse processo sobre sua reprodução como trabalhadora rural.

Ao utilizar informações coletadas em entrevistas com as volantes ou bóias-frias, a análise partiu do seu trabalho e das condições de vida. Considerou-se a mulher como força de trabalho no contexto de modernização da agricultura, abordando também as contradições do desenvolvimento capitalista⁵.

2 - A FORÇA DE TRABALHO FEMININA NA AGRICULTURA

No Estado de São Paulo, com a implantação do trabalho livre na agricultura em meados do século XIX, a mulher participava das atividades gerais, principalmente da colheita do café juntamente com as crianças, desde as idades de 5 a 6 anos (ANTUNIASSI, 1983).

No colonato, a mão-de-obra era contratada em unidades familiares, reforçando a união da família. O contrato era assinado pelo chefe da família que recebia o ordenado. Ao homem cabia a autoridade de coordenar as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos animais e da colheita e à mulher os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, o cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café. Por ser o pagamento determinado pelo número de enxadas, ou seja, trabalhadores adultos, que deveriam ser no mínimo três, quanto maior o número de filhos maior seria a possibilidade de ganhos futuros (ROSSINI, 1988).

A transição do regime de colonato para o de salariedade levou à transformação da família extensa em família nuclear, onde agora os membros receberiam um salário individual. Assim, homens e mulheres continuam a se reproduzir como trabalhadores e trabalhadoras dentro de famílias, com atitudes e comportamentos diante do trabalho re-

munerado mediados por suas responsabilidades familiares específicas socialmente definidas. Ao longo do tempo, esse processo não foi acompanhado pela existência de uma infra-estrutura de serviços que facilitasse à mulher o cuidado dos filhos para que pudesse desempenhar as tarefas econômicas (SAFFIOTI e FERRANTE, 1981; STOLCKE, 1986; ROSSINI, 1988).

Estudos específicos foram desenvolvidos com a finalidade de analisar o grau de integração da mão-de-obra feminina na produção agrícola e os principais fatores determinantes desta integração. É nas pequenas explorações que a mulher tem participação efetiva e não remunerada no trabalho agrícola, em que nem a idade, nem o ciclo da família, nem a gravidez ou a existência de filhos pequenos e, tampouco, o trabalho doméstico a impedem de trabalhar na roça. Com a mecanização das atividades agrícolas, a mulher continua exercendo quase toda a atividade produtiva manual, enquanto o marido maneja as máquinas - com exceção da ordenhadeira mecânica, geralmente operada pela mulher. São principalmente os homens que operam as máquinas. Nas médias e grandes explorações, ela se emprega como mão-de-obra volante e como membro não remunerado das famílias dos parceiros que exploram parte destas propriedades (PAULILO, 1976; SCHUCH, 1984).

Com a redução da agricultura de subsistência, as famílias, que configuravam funções dentro de uma unidade de produção, foram substituídas por unidades assalariadas individuais. A reprodução das famílias fica assegurada com a venda de trabalho por parte de todos os seus membros (SAFFIOTI e FERRANTE, 1984).

Considerando produtoras rurais familiares de algodão, PANZUTTI (1992) analisou a inserção produtiva e reprodutiva de um grupo de mulheres produtoras familiares de algodão, que vivenciaram momentos distintos da cultura, ou seja, antes e depois da modernização agrícola. As transformações no processo produtivo da cultura atingem de forma diferenciada os diversos segmentos sociais, em que uma parcela das trabalhadoras permanece no trabalho agrícola, porém na condição de assalariadas, e naquelas atividades não mecanizadas como a colheita. Na produção familiar, a coesão entre unidade de produção e reprodução se rompe,

⁵Sobre o tema consultar Oliveira (1990) e Oliveira (1991a).

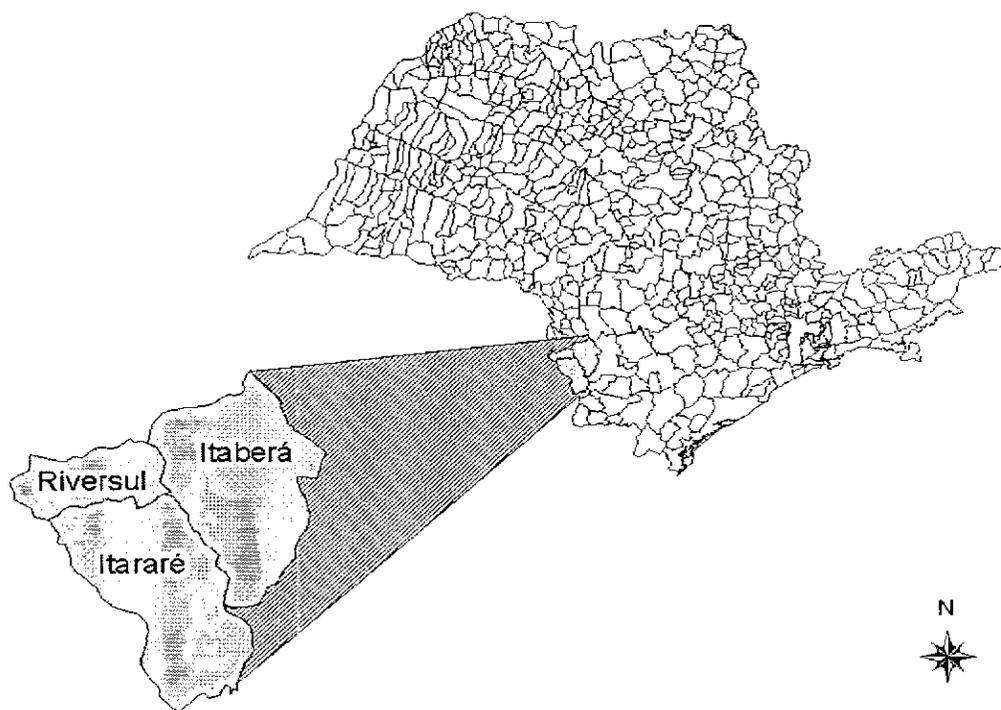


Figura 1 - Localização dos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo.

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo.

parte dos homens permanece na produção, enquanto a mulher é liberada do trabalho na roça, agora realizado pela máquina. Esta situação se viabilizou para aqueles produtores que conseguiram manter como estratégias de produção a formação do patrimônio fundiário próprio, em dimensão com a tecnologia necessária, obtendo, assim, renda suficiente para a manutenção do processo produtivo.

Para WANDERLEY (1986), também com referência à cultura do algodão, a tecnificação da cultura acentuou a divisão entre os que trabalham e os que não trabalham, redefiniu a divisão do trabalho entre a execução e a gestão da unidade e acentuou a especificidade dos espaços de trabalho familiar e do trabalho assalariado. A família adotou novas estratégias, dentre elas, mudou-se para a cidade, visando o estudo dos filhos, o que afastou a mulher do processo produtivo.

Há também a situação de pequenos produtores rurais, em que as estratégias para reprodução como tais impõem para as mulheres, além dos

trabalhos no campo, o trabalho remunerado. SILVA (1994) analisou a inserção da mulher no trabalho remunerado enquanto estratégia de sobrevivência de pequenos produtores no Agreste Pernambucano. Produzindo basicamente gêneros alimentícios para o consumo familiar, o produtor de subsistência sempre associou o cultivo da pequena parcela de terra de que dispunha com o assalariamento de toda a força de trabalho disponível, na entressafra. A transformação do campo ocorreu com o incremento da pecuária, expulsando a agricultura de subsistência da propriedade pecuarista. A mudança levou à desagregação das formas tradicionais de organização da agricultura e à inserção das mulheres na atividade do bordado, além do desempenho da atividade rural.

Outra forma de abordagem do trabalho da mulher consiste na análise dos elementos que envolvem o processo de proletarização, bem como das condições de trabalho nas diferentes formas de assalariamento. MARTINEZ-ALIER (1979), ao estudar a inserção de trabalhadoras volantes no

mercado de trabalho, concluiu ser uma combinação de fatores, tanto econômicos como sociais, que dão conta de explicar as diferenças quanto ao trabalho, das atitudes e desempenho de homens e mulheres. Por estarem em uma turma de trabalho fixa, elas suportavam boa parte da rudez do empregado, para garantia do serviço mais estável. Leva-se em conta que o mercado de trabalho oferece maiores oportunidades para os homens do que para as mulheres, reduzindo o poder de barganha das últimas, o que contribui para a maior submissão. A pesquisa mostrou que, apesar de as mulheres venderem sua força de trabalho como volantes, não aconteceu uma redefinição dos papéis sexuais e de organização familiar. Pelo contrário, o trabalho da mulher continuava a ser visto como subsidiário ao do homem.

Ainda na década de 80 novas revelações foram apontadas. ROSSINI (1988) verificou o aumento da participação da mulher na força de trabalho na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo. O elemento novo apontado pela autora vem do seguinte fato: da relação de ajuda ao trabalho familiar à introdução na produção altamente capitalizada, que caracteriza a monocultura canavieira, a mulher passa a ser absorvida como mão-de-obra individualizada, assalariada.

Com um enfoque distinto de ROSSINI, mas lembrando-se também da idéia da trabalhadora como mão-de-obra individualizada, o trabalho de NORONHA (1991) acrescenta que a mulher do meio rural esteve historicamente ligada ao trabalho, porém, o fato de se assalariar vai implicar um processo de aprendizagem, principalmente quanto às novas relações de trabalho. Isso significa acordar mais cedo para fazer as atividades domésticas, ir até o ponto onde ficam os turmeiros que contratam o trabalho; precisa ainda se educar para novos espaços, tempo e ritmos e a obedecer a hierarquia. Ao lado disso tudo, aprende a resistir, a defender seus direitos e da família, enfim, a buscar melhores condições para os filhos. A pesquisa foi realizada com trabalhadoras de turmas fixas, por se encontrarem regidas por um contrato de trabalho, que tanto disciplina quanto oferece chances de uma aprendizagem em favor dos interesses de classe. Percebe, entretanto, que seu ingresso neste tipo de trabalho não representa

uma melhoria nas condições de vida de sua família - o que constitui o primeiro passo na aprendizagem da resistência e da construção de sua identidade.

3 - A PESQUISA DE CAMPO

O delineamento da pesquisa de campo teve por objetivo coletar as informações necessárias para análise do trabalho da mulher bóia-fria diante das mudanças no processo produtivo da agricultura, buscando apreender suas estratégias de reprodução como trabalhadoras rurais.

Com base no levantamento bibliográfico sobre o trabalho da mulher e no conhecimento sobre o mercado de mão-de-obra volante, foi elaborado um roteiro para realização das entrevistas com as trabalhadoras bóias-frias ou volantes. O primeiro levantamento de informações foi efetivado durante o mês de julho de 1996, época de entressafra dos cultivos, quando as oportunidades de trabalho são bastante reduzidas.

Esta fase da pesquisa de campo teve por finalidade estabelecer contato com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com as Casas de Agricultura, para uma primeira avaliação do universo a ser pesquisado.

Durante as entrevistas procurou-se captar os diversos aspectos da inserção das mulheres na produção agrícola e informações gerais, tais como: local de nascimento, trabalho dos pais, se veio de outra localidade qual a razão da mudança, anos de estudo, número de filhos (se estudavam, ficavam em creches ou com outras pessoas quando a mãe estava trabalhando), o trabalho do marido e dos filhos. Sobre o trabalho pesquisaram-se quais as atividades desenvolvidas na lavoura, os melhores meses para trabalhar, diárias recebidas na época da colheita de feijão e em outros serviços, o horário de trabalho, transporte utilizado e forma de contratação e se possuíam outras ocupações além da lavoura. A indagação sobre o emprego em épocas anteriores com relação à situação atual foi feita com a finalidade de traçar o quadro resultante do desenvolvimento da agricultura regional.

As entrevistas, num total de 40, foram realizadas em localidades diferentes: nas residências

dos bairros periféricos das cidades, nos locais de saída para o trabalho e nos assentamentos rurais. A visita às residências possibilitou visualizar e conhecer como vivem as bóias-frias, ou seja, o lugar de moradia. Nos locais de saída para o trabalho foram constatados diversos aspectos relacionados à arregimentação para o trabalho, o meio de transporte, os horários, e outras tantas informações sobre a situação atual de ocupação.

A realização das entrevistas nos assentamentos rurais, com trabalhadoras que já foram bóias-frias decorreu da constatação, no cenário da agricultura local, da mobilização de parcela dos trabalhadores rurais na conquista de terras para trabalhar. Procurou-se mostrar algumas transformações decorrentes da passagem de bóias-frias para assentadas rurais.

Durante as entrevistas utilizou-se, também, o discurso livre, que tem por finalidade captar a vivência pessoal da entrevistada. No início, quase sempre existia uma certa timidez em conversar sobre suas vidas e seu trabalho com alguém estranho ao convívio, mas ao longo da conversa percebia-se o interesse em relatar a situação vivenciada. As entrevistas foram complementadas com dez relatos de sindicalistas, empreiteiros (gatos), técnicos das Casas de Agricultura e produtores rurais.

O critério utilizado na pesquisa de campo possibilitou a obtenção de resultados qualitativos junto a uma parcela das trabalhadoras rurais da região de abrangência da pesquisa. À situação concreta de trabalho e vida das volantes foram incorporadas informações diversas sobre a evolução do processo produtivo da agricultura, com o objetivo proposto de evidenciar as condições de inserção da força de trabalho feminina.

4 - AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL

O sudoeste paulista constitui uma região que não passou pelo processo de acumulação capitalista proporcionado pelo café, permaneceu como periférica durante um longo período, com a

conseqüente existência de graves problemas de infra-estrutura. A produção agrícola ficou centrada em produtos alimentares, pouco exigentes quanto à organização empresarial. Apenas em período mais recente passou a contar com uma estrutura viária maior, possibilitando a ligação entre as cidades. Não se constituiu na região uma concentração do capital produtivo via agroindústria, nem uma centralização do capital em grandes cooperativas. A transformação da agricultura regional foi reforçada pelo capital comercial e sua modernização ocorreu com a manutenção da estrutura agrária concentradora das terras (GONÇALVES e SOUZA, 1993a; SECRETARIA, 1994).

A ocupação histórica da região, onde se localizam os municípios selecionados para a pesquisa de campo, está relacionada a um movimento econômico mais amplo, ocorrido no Brasil durante o século XVIII, ou seja, o desenvolvimento, auge e decadência do minério. O conhecido ciclo do ouro iniciou-se no Brasil nas primeiras décadas do século XVIII e alcançou o apogeu entre 1750 e 1760, entrando em decadência antes que se terminasse esse século. Uma das características mais importantes da economia mineira, e com conseqüências para as regiões vizinhas, foi a questão do sistema de transporte: a população mineira dependia de um complexo sistema de transporte, onde as tropas de mulas constituíam a infra-estrutura do sistema. A região de Sorocaba e seus arredores passaram a desempenhar papel importante como centros distribuidores de animais. Ali eram realizadas transações comerciais entre pontos distantes do País, constituindo-se, pois, como via de passagem para tropas que se dirigiam do extremo sul da região das minas, mantendo-se pouco diferenciada internamente e baseada na policultura (GRAZIANO DA SILVA (Coord.), 1982).

Como características da região em estudo, além do fato de ter permanecido marginalizada do desenvolvimento da cafeicultura, destacaram-se: a baixa ocupação populacional, a agricultura voltada para o cultivo de cereais e de algodão e para a extração de minérios. Não passou pelo desenvolvimento da cafeicultura, devido às condições edafoclimáticas pouco apropriadas para o cultivo de café, pois outras regiões possuíam melhores potencialidades.

4.1 - Distribuição da Propriedade e Posse da Terra

No município de Itaberá, em 1940, os estabelecimentos maiores que 500ha (2,9% do número total) ocupavam 61,4% das terras. Nos estratos inferiores, os menores que 50ha (74,5% do total) detinham 8,3% das terras, indicando uma estrutura concentradora da propriedade e posse da terra. Ao longo do tempo, ocorreu a expansão do número de estabelecimentos com menos de 50,0ha, que passaram de 74,5%, em 1940, para 80,4%, em 1985, destacando-se duas tendências

nos 45 anos: crescimento no período de 1960 a 1975 e decréscimo de 1975 a 1985 (a maior participação foi em 1975, com 86,6%). A parcela de área ocupada por estes estabelecimentos eleva-se para quase 20,0% do total. Em contrapartida, decresce a participação dos estabelecimentos maiores tanto em número quanto em área, até 1980 (1,4% do número de estabelecimentos e 40,3% da área), sendo que em 1985 passaram novamente a ocupar quase metade da área total (Tabela 1).

No município de Itararé, de maneira semelhante ao de Itaberá, ocorreu o crescimento do

TABELA 1 - Distribuição Percentual dos Estabelecimentos por Estrato de Área e Respectivos Percentuais de Área Ocupada, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940-1985

Ano	Itaberá							
	Menos de 50,0ha		50,1 a 500,0ha		Acima de 500,0ha		Total	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Número	Área (ha)
1940	74,5	8,3	22,6	30,3	2,9	61,4	889	101.729
1950	68,6	6,3	27,7	26,8	3,7	66,9	659	97.001
1960	84,7	14,0	13,5	26,4	1,8	59,6	1.527	108.080
1970	83,0	19,1	15,1	31,5	1,9	49,4	1.530	94.924
1975	86,6	21,4	12,0	28,5	1,4	50,1	2.001	103.837
1980	83,5	22,7	15,1	37,0	1,4	40,3	1.779	88.074
1985	80,4	19,4	17,5	34,2	2,1	46,4	1.539	102.254
Ano	Itararé							
	Menos de 50,0ha		50,1 a 500,0ha		Acima de 500,0ha		Total	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Número	Área (ha)
1940	73,8	9,3	22,9	29,6	3,3	61,1	764	91.920
1950	66,7	11,3	29,4	42,5	3,9	46,2	635	63.169
1960	85,4	12,2	12,7	22,8	1,9	65,0	1.171	92.708
1970	84,2	16,4	14,3	32,5	1,5	51,1	1.654	100.130
1975	87,2	17,7	11,3	25,8	1,5	56,5	1.709	97.389
1980	87,1	16,9	11,3	25,7	1,6	57,4	1.659	100.132
1985	87,8	17,0	10,8	26,7	1,4	56,3	1.794	100.701
Ano	Riversul ¹							
	Menos de 50,0ha		50,1 a 500,0ha		Acima de 500,0ha		Total	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Número	Área (ha)
1960	87,7	34,4	11,2	41,1	1,1	24,5	839	26.290
1970	88,6	44,7	10,8	43,5	0,6	11,8	939	25.403
1975	90,5	46,3	9,1	39,6	0,4	14,1	1.106	26.257
1980	93,7	53,7	6,1	35,7	0,2	10,6	1.267	24.998
1985	90,5	44,0	8,9	38,3	0,6	17,7	1.194	32.370

¹Elevado a município em 1953.

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1940/1970, 1975, 1980 e 1985).

número de estabelecimentos com menos de 50,0 ha, bem como da área ocupada por estes, notadamente a partir de 1960. Chama a atenção o decréscimo da participação dos estabelecimentos de 50,0 a 500,0ha e dos acima de 500,0, verificado a partir de 1950. Porém, em 1985, os estabelecimentos com mais de 500,0ha, apenas 1,4% do total, possuíam 56,3% das terras, valores que revelam a distribuição desigual da propriedade e posse da terra no município, onde os grandes estabelecimentos ocupados com pastagens, produção de alimentos e extração de madeira controlam significativa parcela da área agrícola.

Riversul é um município menor do que Itaberá e Itararé, onde a área dos estabelecimentos agrícolas totalizou, em 1985, cerca de 32 mil hectares (Itaberá possuía em torno de 102 mil hectares e Itararé 100 mil hectares). Resguardadas as diferenças entre os percentuais de número de estabelecimentos e ocupação espacial dos diferentes estratos entre os municípios considerados, em Riversul também foram observadas as mesmas tendências de evolução na propriedade e posse da terra: o crescimento da participação relativa, tanto em número quanto em área, dos estabelecimentos com menos de 50,0ha, até 1980, quando então ocorreu uma inversão a favor dos estabelecimentos maiores. A concentração da propriedade e posse da terra fica evidenciada nos dados, ou seja, 90% do total de estabelecimentos até 50,0ha possuíam uma parcela de 44% da área agrícola e aos 10% de estabelecimentos restantes, o domínio de mais da metade das terras.

4.2 - A Utilização das Terras Agrícolas

No município de Itaberá, em 1940, as pastagens ocupavam a maior parte da área dos estabelecimentos, existindo, ainda, significativa parcela de área não explorada (26,5%) e apenas 8,2% para culturas temporárias. As alterações mais importantes na ocupação dos solos vão no sentido do crescimento da área ocupada com culturas temporárias em terras ainda não exploradas. Em 1970 as pastagens ainda ocupavam mais da metade da área total (54,1%), as lavouras temporárias 22,9% (Tabela 2), dentre as quais o milho

era a mais importante (GONÇALVES e SOUZA, 1993b).

Já em 1975, a área ocupada com pastagens recuou para 42,2%, tendência que persistiu até 1980, sendo que, em 1985, as lavouras temporárias ocupavam quase 40,0% da área total, enquanto as pastagens ficaram com 44,3%. Ao longo do tempo, ocorreu a substituição entre as culturas temporárias e as pastagens, sendo que ora o feijão, ora o milho se apresentavam como principal produto cultivado. A parcela correspondente às culturas permanentes sempre foi insignificante e aquela ocupada com matas não passou de 15% durante o período 1940-85.

Na metade da década de 70, na faixa noroeste do município, foram implantadas áreas de pinus, aproveitando a política de incentivos fiscais do Governo Federal. A exploração dessas áreas se efetivou no final da década de 80, surgindo unidades de processamento de madeira e algumas indústrias de móveis. Apesar destas unidades, o município é exportador dessa matéria-prima para outras regiões processadoras. Como ramo industrial, há apenas o de produção de matéria para industrialização de produtos florestais, mas sem conseguir implementar maior dinamismo ao processo produtivo, pois é praticada em grandes áreas e de forma verticalizada (GONÇALVES e SOUZA, 1993b).

Além da pecuária extensiva, que ocupou sempre significativa parcela da área agrícola de Itaberá, desenvolveu-se, também, a produção de alimentos como: arroz, feijão e milho, importantes principalmente para o abastecimento local, pois a comercialização a longas distâncias impedia a ampliação da produção para o mercado. Na década de 70 ocorreu um significativo crescimento da área cultivada com feijão, que assume a posição de principal cultura anual, suplantando o milho. O crescimento da área plantada foi significativo, saltando de um patamar de 4.000 hectares anuais do período 1964-66 para 44.000 hectares entre 1981/82. A partir da década de 80, em decorrência da situação desfavorável, houve o recuo da área cultivada para 23.200 hectares, em 1990. Pode-se afirmar que esse produto se constitui na principal fonte em termos de valor adicionado e base de renda de grande número de famílias (GONÇALVES e

TABELA 2 - Distribuição da Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo as Condições de Utilização da Terra, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940-1995/96

Ano	Itaberá									
	Culturas perenes		Culturas temporárias		Pasto natural e formado		Mata natural e reflorestamento		Área não explorada ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1940	173	0,2	6.916	8,2	46.096	54,7	8.750	10,4	22.317	26,5
1960	444	0,4	20.135	19,3	60.370	57,9	13.360	12,8	9.926	9,6
1970	906	1,0	20.701	22,9	48.842	54,1	12.956	14,4	6.805	7,6
1975	1.368	1,4	35.749	36,6	41.282	42,2	13.847	14,2	5.482	5,6
1980	867	1,1	35.907	44,9	33.619	42,1	8.160	10,2	1.335	1,7
1985	875	0,9	37.775	39,7	42.078	44,3	13.327	14,0	997	1,1
1995/96	975	1,0	28.096	28,7	53.938	55,1	12.480	12,7	2.329	2,4

Ano	Itararé									
	Culturas perenes		Culturas temporárias		Pasto natural e formado		Mata natural e reflorestamento		Área não explorada ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1940	173	0,2	5.426	5,8	46.096	48,9	8.750	9,3	33.852	35,8
1960	981	1,1	10.655	12,0	58.638	66,1	14.014	15,8	4.408	5,0
1970	549	0,6	13.009	14,9	36.642	41,9	22.861	26,1	14.450	16,5
1975	356	0,4	21.188	25,3	33.908	40,5	21.754	26,0	6.509	7,8
1980	340	0,4	23.719	26,5	36.445	40,7	24.543	27,4	4.447	5,0
1985	346	0,4	24.276	26,7	38.724	42,6	26.295	28,9	1.207	1,4
1995/96	384	0,5	11.372	13,6	33.174	39,7	35.905	42,9	2.824	3,4

Ano	Riversul									
	Culturas perenes		Culturas temporárias		Pasto natural e formado		Mata natural e reflorestamento		Área não explorada ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1960	423	1,7	6.364	25,1	6.566	25,9	3.854	15,2	8.111	32,1
1970	14	0,1	8.673	35,2	9.080	36,8	3.302	13,4	3.580	14,5
1975	4	0,0	12.305	49,8	8.230	33,3	3.123	12,6	1.054	4,3
1980	5	0,0	11.971	52,1	8.096	35,2	2.222	9,7	692	3,0
1985	15	0,1	13.913	50,0	13.178	47,4	406	1,5	293	1,0
1995/96	239	0,8	4.107	13,6	22.350	71,1	3.021	9,6	1.683	5,4

¹Em 1980, 1985 e 1995/96 inclui terras em descanso.

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1940/1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

SOUZA, 1993b).

Comparando-se 1995/96 e 1985 pode se constatar redução, tanto em termos absolutos quanto relativos, da área ocupada com culturas temporárias, bem como o crescimento das pastagens. A diminuição da área com culturas temporárias foi de cerca de 9,6 mil hectares.

Em Itararé⁶ também as pastagens ocuparam

significativa parcela da área agrícola cedendo, porém, espaço para as culturas temporárias e reflorestamento para extração de madeira. Nas décadas de 40 e 50 os principais cultivos foram: arroz, milho, feijão e algodão. Em 1960 a composição da produção já vai se configurando com o maior peso do milho e do feijão. A produção de olerícolas também se desenvolveu no município. A ocupação de áreas com reflorestamento levou à

⁶Em 1991, o município de Itararé foi dividido dando origem ao município de Bom Sucesso de Itararé (antes distrito com o mesmo nome) com uma população, em 1994, de 5.198 habi-

tantes (FUNDAÇÃO, 1995).

implementação de serrarias e fábricas de móveis. A comparação entre 1995/96 e 1985 mostra queda significativa do cultivo de temporárias, com crescimento nas áreas de reflorestamento⁷.

Em Riversul a participação das culturas temporárias na área total foi crescente no período 1960-80, reduzindo-se de 1980 para 1985. A área com pastagem também aumentou, com indicações de ocupação das áreas não exploradas e aquelas com mata natural. Também em Riversul se observou redução dos cultivos temporários em 1995/96, com o crescimento das áreas ocupadas com pastagens.

Note-se que nos três municípios cresceu, em 1995/96, a área não explorada e em descanso. Acrescentando-se a este fato o já mencionado crescimento de áreas com pastagens, é de esperar efeitos negativos sobre a ocupação da mão-de-obra.

4.3 - A População Trabalhadora na Agricultura

Nas três localidades pesquisadas, os responsáveis pela produção agrícola e membros não remunerados da família constituem a maior parcela das pessoas que se ocupam das atividades agrícolas, correspondendo a mais de 80% do total, em 1975. Com o aumento da área explorada com culturas alimentares, há a necessidade de um número maior de trabalhadores. No município de Itaberá eram de 3,3 mil em 1940, atingindo o total de 9,5 mil pessoas em 1980. Variações significativas também ocorreram em Itararé e Riversul, com acréscimo de 80% em Itararé, de 1940 para 1985, e de 86% em Riversul, de 1960 para 1985. Em 1995/96 ocorreu o decréscimo no total de pessoas empregadas na agricultura nas três localidades em comparação a 1985, com maior intensidade em Itararé. A parceria sempre teve pouca representatividade na agricultura local (Tabela 3).

O trabalho assalariado temporário, embora já contratado na agricultura desde a década de 40,

intensificou-se com a expansão da cultura do feijão, quando o contingente de pessoas vai crescendo. Vindos de outras regiões do País, do Nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e de Santa Catarina, ou ex-agricultores do local, vão constituir as populações residentes nas periferias das cidades, em situação de sobrevivência difícil (GONÇALVES e SOUZA, 1993a).

A observação dos dados sobre ocupação da força de trabalho temporário, em termos absolutos, mostra tendência de crescimento no período 1975 a 1985 (Tabela 4).

De 1975 para 1985 ocorreu um aumento significativo na utilização do trabalho volante, notadamente nos meses de colheita do feijão (março a maio e novembro a janeiro).

Para 1995/96, os dados do CENSO AGROPECUÁRIO (1995/96) indicaram redução do número de trabalhadores temporários ocupados durante o ano em Itararé e Riversul. Em Itaberá, onde o cultivo de feijão é mais representativo, uma nova situação pode ser constatada, ou seja, o crescimento de emprego temporário nos meses de pico da colheita e redução nos demais meses. Como se verá adiante, a mecanização parcial da colheita também acarretou o crescimento da sazonalidade do trabalho⁸.

Esta conformação do mercado de trabalho regional relaciona-se com as fases de desenvolvimento da cultura do feijão no Estado de São Paulo. No período 1948-80 foram três fases distintas de comportamento deste produto, segundo ROMÃO (1981). A primeira fase corresponde aos anos cinquenta e começo da década de 60, quando a produção se expande em função do aumento da área cultivada, articulada com a expan-

⁸A composição da população trabalhadora apresentada na tabela 3 não permite dimensionar corretamente o peso da mão-de-obra volante, dado que a informação refere-se unicamente às pessoas que se encontravam trabalhando no estabelecimento em uma determinada data de cada ano considerado. Levando-se em conta que esta relação de trabalho se caracteriza pela instabilidade, mobilidade e estreita aderência com o calendário das colheitas, avaliar a sua correta participação é certamente tarefa difícil. Mesmo o dado referente à ocupação no mês tem as suas restrições, uma vez que, devido à mobilidade das pessoas durante o mês nos vários estabelecimentos, venham eventualmente a ser computadas mais vezes. Mas de qualquer forma, é uma informação relevante para se aquilatar as transformações no mercado de trabalho.

⁷Grandes propriedades com extensas áreas ocupadas com pinus para extração de resina são arrendadas para as indústrias transformadoras do produto. Estas últimas se responsabilizam pela extração e transporte da resina extraída.

TABELA 3 - Pessoal Ocupado, por Categoria, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1940 -1995/96

Ano	Total (nº)	Itaberá									
		Responsável e familiares não remunerados		Empregados				Parceiros		Outra condição	
				Permanentes		Temporários					
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1940	3.356	1.935	57,7	832	24,8	589	17,5	-	-	-	-
1950	2.786	1.971	70,7	504	18,1	311	11,2	-	-	-	-
1960	3.569	2.979	83,5	298	8,3	257	7,2	23	0,6	6	0,2
1970	4.267	3.303	77,4	427	10,0	359	8,4	171	4,0	7	0,2
1975	5.661	4.536	80,1	557	9,8	380	6,7	165	2,9	23	0,5
1980	9.509	4.643	48,8	620	6,5	4.175	43,9	50	0,6	21	0,2
1985	6.131	4.605	75,1	807	13,2	457	7,5	4	0,0	258	4,2
1995/96	4.949	3.778	76,3	785	15,9	242	4,9	16	0,3	128	23,9

Ano	Total (nº)	Itararé									
		Responsável e familiares não remunerados		Empregados				Parceiros		Outra condição	
				Permanentes		Temporários					
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1940	3.753	2.419	64,5	821	21,8	513	13,7	-	-	-	-
1950	1.974	1.435	72,7	155	7,9	241	12,2	143	7,2	-	-
1960	3.137	2.807	89,5	126	4,0	126	4,0	51	1,6	27	0,9
1970	5.316	4.315	81,2	242	4,6	719	13,5	34	0,6	6	0,1
1975	4.693	4.054	86,4	375	8,0	217	4,6	26	0,6	21	0,4
1980	5.328	4.365	81,8	461	8,7	477	9,0	24	0,5	1	0,0
1985	6.744	5.157	76,5	623	9,2	633	9,4	1	0,0	330	4,9
1995/96	2.101	1.436	68,3	548	26,1	63	3,0	25	1,2	29	1,4

Ano	Total (nº)	Riversul ¹									
		Responsável e familiares não remunerados		Empregados				Parceiros		Outra condição	
				Permanentes		Temporários					
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1960	2.098	1.681	80,1	50	2,4	298	14,2	31	1,5	38	1,8
1970	1.805	1.737	96,2	45	2,5	16	0,9	1	0,0	6	0,4
1975	3.149	2.929	93,0	67	2,1	129	4,1	24	0,8	-	-
1980	2.613	2.514	96,2	41	1,6	13	0,5	45	1,7	1	0,0
1985	3.905	3.493	89,4	140	3,6	243	6,2	9	0,2	20	0,6
1995/96	2.132	1.704	79,9	147	6,9	264	12,4	2	0,1	15	0,7

¹Elevado a município em 1953.

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1940/1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

TABELA 4 - Número de Trabalhadores Temporários Ocupados, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1975-1996

Ano	Itaberá												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média anual
1975	121	514	782	490	1.114	545	198	227	282	361	704	961	525
1980	576	1.499	1.207	1.924	5.288	1.023	389	1.283	1.344	1.503	8.921	5.867	2.569
1985	582	1.583	2.255	2.700	4.609	1.385	1.297	1.552	2.236	2.874	2.731	5.833	2.470
1995	-	-	-	-	-	-	-	391	1.533	1.832	4.486	7.381	-
1996	2.071	836	1.075	4.932	6.785	1.648	389	-	-	-	-	-	2.780

Ano	Itararé												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média anual
1975	405	929	793	740	1.901	473	315	466	678	562	1.397	811	789
1980	728	636	1.099	1.405	1.618	3.793	1.199	507	869	1.787	1.930	6.336	1.826
1985	1.179	2.490	2.019	2.147	3.703	1.081	1.101	1.684	2.046	1.918	2.486	2.756	2.051
1995	-	-	-	-	-	-	-	267	231	164	981	2.275	-
1996	835	267	526	693	2.650	402	177	-	-	-	-	-	789

Ano	Riversul												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média anual
1975	153	475	197	333	584	278	162	333	254	340	707	300	343
1980	346	923	1.158	1.110	2.374	509	416	880	1.198	1.455	3.496	1.044	1.242
1985	1.296	1.696	1.547	2.707	1.587	284	666	1.259	1.835	1.609	3.596	1.801	1.657
1995	-	-	-	-	-	-	-	158	118	91	802	270	-
1996	423	92	200	590	374	175	140	-	-	-	-	-	286

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1975, 1980, 1985 e 1995/96).

são da cafeicultura⁹. A segunda fase vai desde a metade da década de 60 até meados dos anos setenta, quando então a produção se retrai devido ao decréscimo na área cultivada. Na terceira fase, compreendendo o segundo quinquênio da década de 70, verificou-se um crescimento da área e da produção de feijão, acompanhado de uma evolução favorável no rendimento físico dos cultivos.

No decorrer destas três fases, ocorreram importantes mudanças na distribuição espacial dos cultivos. No início da década de 50, o cultivo do feijão se encontrava disseminado por todo o Estado, com leve concentração nas regiões do oeste onde predominava o café, sendo a maior parcela da produção, originária dos cultivos intercalados. É a partir da década de 60, que passa a se destacar a DIRA de Sorocaba (42% da produção paulista), com domínio do cultivo não intercalado (ROMÃO, 1981; GRAZIANO DA SILVA (Coord.), 1982).

Como modificações básicas ocorridas na cultura, destacaram-se a forma de produzir e a sua localização geográfica - a produção se desorganiza nas regiões de plantio consorciado e passa a se concentrar nas localidades em que, desde os anos cinqüentas, se apresentava como cultivo solteiro.

5 - A INSERÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO VOLANTE FEMININA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DE ITABERÁ, ITARARÉ E RIVERSUL

A participação da população trabalhadora feminina no total de pessoas ocupadas na agricultura dos três municípios pesquisados aumentou no período 1960-85. Em concordância com as informações sobre pessoal ocupado por categoria, a maior representatividade estaria na condição de familiar do produtor. Já em 1995/96, a situação se alterou em Itaberá, quando a participação feminina diminuiu de 28,9% em 1985 para 23,9%¹⁰. Nos

⁹O feijão constituía o principal cultivo intercalado no cafezal recém-formado.

¹⁰Relatos obtidos nas entrevistas com técnicos das Casas de Agricultura possibilitaram avaliar que a redução dos cultivos temporários, notadamente o feijão, afeta a organização do trabalho nas unidades familiares. Com as dificuldades na produção agrícola, as mulheres procuram emprego na cidade na

municípios de Itararé e Riversul a participação das mulheres ocupadas nas atividades agrícolas manteve a tendência de crescimento (Tabela 5).

Complementando estes dados, informações subjetivas dos sindicalistas e dos técnicos que acompanham a agricultura local estimam que a participação das mulheres bóias-frias por ocasião da colheita do feijão esteja em torno de 40% a 50% do total ocupado, sendo inferior nos outros períodos.

Como já foi mencionado, a transformação mais importante na ocupação do trabalho temporário nos três municípios pesquisados foi evidenciada no Censo Agrícola de 1980 e com mais intensidade em Itaberá e Itararé, em concordância com o período de maior incremento no plantio de feijão. Nos relatos das trabalhadoras de outros locais de origem sempre apareceu como motivo da mudança a maior quantidade de serviço.

Outro fato que reafirma o rápido crescimento da oferta de trabalho no final dos anos setenta e início dos oitenta foi a citação de diversas trabalhadoras de que naquela época freqüentemente ocorria de já estarem no caminhão do "gato" (emprego de mão-de-obra) que as levaria para o local de trabalho, quando então encostava outro veículo, onde o "gato" oferecia um salário maior e passavam para o caminhão desse. Os produtores se sentiam muito lesados com a situação, dado que atrasos na colheita prejudicam a qualidade do feijão.

Isso não quer dizer, em absoluto, que as condições de vida e de trabalho tenham sido melhores, pois a reprodução das famílias sempre foi pautada pela necessidade do trabalho de todos os membros, inclusive os filhos menores. Como moradoras das cidades, contam apenas com o ganho monetário para sobreviver, sendo que o caráter temporário do trabalho reforça ainda mais a exploração do trabalho da família toda.

Durante a década de 70 e início dos anos oitenta, ocorreu a recomposição do mercado de trabalho com base no crescimento da mão-de-obra volante, em que a ocupação segue a dinâmica do ciclo produtivo do feijão. As transformações nas relações de trabalho no campo estão atreladas aos processos de mudanças na esfera da produção e

tentativa de obter uma renda mensal para estabilizar os rendimentos obtidos para sobrevivência da família.

TABELA 5 - Participação Percentual da População Trabalhadora Feminina na Agricultura, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1960-1995/96

Município	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Itaberá	19,6	18,8	27,1	28,9	28,9	23,9
Itararé	23,4	28,8	24,7	23,6	23,6	33,1
Riversul	19,9	13,0	29,9	20,6	20,6	28,8

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96).

circulação das mercadorias agrícolas. Historicamente, a produção de alimentos esteve presente na unidade caracterizada como pequena produção, que tem como elemento fundamental a organização familiar do trabalho. Essa forma de produzir alimentos, que se desenvolveu ao longo do processo de formação econômica brasileira, tem sido responsável pela parcela mais representativa da produção de arroz, feijão, milho e mandioca - tidos como tradicionais pelo fato de que mantiveram durante a industrialização brasileira o mesmo padrão de produção verificado em períodos anteriores. Já na década de 70, as indicações vão no sentido do rompimento desse padrão de produção, em que os setores de produção de insumos químicos e maquinaria agrícola e o desenvolvimento do padrão de financiamento da produção foram os propulsores das mudanças, com a presença do Estado como articulador (ROMÃO, 1981).

No contexto da produção, as políticas de crédito e de seguro, reforçadas pelas políticas de pesquisa e assistência técnica, atuaram de forma marcante na transformação do processo produtivo, levando ao desenvolvimento da atividade em bases empresariais (ROMÃO, 1981).

Em meados da década de 80, o panorama do emprego nos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul já se apresentou diferenciado, tanto em função da nova composição da produção agrícola quanto da intensificação da motomecanização na fase de tratos culturais. A colheita de grãos, a grande empregadora da mão-de-obra volante, passa a ser parcialmente realizada com máquinas, no caso do feijão, e quase que totalmente com colheitadeiras, no caso do milho. As oportunidades de trabalho se tornam mais escassas.

As trabalhadoras com idade entre 40 e 65

anos efetuaram comparações sobre a situação atual de trabalho em relação às épocas passadas: *"hoje em dia tem pouco serviço"*, *"antes das máquinas tinha bem mais emprego"*, *"antes colhia algodão, quebrava milho e carpia"*, *"menos serviço, pois hoje não se carpe mais"*, *"na época anterior trabalhava no arranque e batadura do feijão, carpa do milho, feijão e soja e na cata de tomate"*. Para aquelas que vieram de outras localidades, a razão principal sempre fora a maior oferta de trabalho. daquelas que viviam na roça com os pais, a lembrança é de uma época de muito trabalho e mais fatura, pois como parceiros ou empregados permanentes podiam plantar o alimento necessário à manutenção da família.

Atualmente, são trabalhadoras quase que somente na colheita do feijão:

"Para a mulher, o serviço é só na época da arranca do feijão, passou a época fica difícil".

As revelações sobre a inserção em outras épocas, nas diferentes fases do processo produtivo da agricultura, levam à conclusão de que o caráter temporário vem se acentuando por força e imposição do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e do rearranjo na composição dos produtos cultivados.

5.1 - Trabalho da Mulher Bóia-fria e Evolução Recente da Produção Agrícola nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul

Do início da década de 70 até os tempos atuais, os municípios de Itaberá, Itararé e Riversul se caracterizaram pela produção de alimentos e criação de gado. Em 1970, por exemplo, a maior parcela da área cultivada estava ocupada com

milho, arroz e feijão (Tabela 6).

Havia uma maior diversidade de cultivos, ainda que em proporção bem menor à dos três produtos mais importantes. Plantavam-se batata (das águas e da seca), mandioca, soja, trigo e algodão. Eram também cultivados produtos olerícolas (abóbora, batata-doce, cenoura, pimentão, repolho, alho, tomate e melancia) em maior proporção no município de Itararé. A participação das culturas perenes sempre foi pequena, não possuindo, portanto, papel de destaque na geração de emprego.

De 1970 para 1980 a área plantada com feijão se expandiu significativamente, tornando-se o produto principal em termos de área cultivada. Em segundo lugar aparece o milho e, em seguida, o arroz. A elevada participação do milho se explica pela importância da criação de gado entre as atividades agrícolas.

De 1985 para 1990 há um decréscimo na área cultivada com feijão, persistente até meados da década. Em 1996, a composição da produção fica centrada no feijão, milho (em maior escala), arroz, soja e trigo, em Itaberá e Itararé; no milho, feijão e arroz em Riversul. O cultivo de olerícolas, bem menos variado (abóbora, abobrinha, pepino e pimentão), praticamente só se verifica em Itararé.

Ressalte-se que o algodão e as olerícolas, mais exigentes em mão-de-obra, perdem importância; produtos como a soja e trigo já possuem as operações agrícolas totalmente motomecanizadas, condição observada em boa parcela da área cultivada com milho.

Houve um significativo crescimento na utilização do trabalho volante em Itaberá, Itararé e Riversul, registrado com maior destaque no Censo Agropecuário de 1980. Nesta época, as mulheres trabalhavam em diversas tarefas: capinas, colheita de algodão, milho e com exceção do preparo da terra para o plantio, de quase todas as fases da produção de feijão. Com o fortalecimento da produção capitalista de feijão ocorreu a incorporação crescente da força de trabalho feminina no mercado de trabalho volante. Mas ao longo do tempo, dois importantes elementos atuaram na disponibilidade de trabalho: as variações na composição da produção agrícola e a mecanização dos cultivos.

A introdução de novas tecnologias, ao al-

terar o processo produtivo, afeta, conseqüentemente, a demanda e o padrão de sazonalidade do emprego da força de trabalho. Aceleraram-se as transformações no processo de trabalho, que passam a priorizar a redução dos gastos com salários através da adoção de novas práticas agrícolas, com maiores investimentos em capital constante¹¹.

No início da década de 80, as principais atividades efetuadas pelos bóias-frias eram as capinas e o arranque do feijão, concentrando-se o emprego nos períodos de março a maio e de novembro a janeiro para a colheita, que compreende o arranque e a limpeza das vagens. Embora se estenda aos outros meses, a maior parcela do produto é colhida nos períodos acima citados. As capinas estão concentradas nos períodos de janeiro a março e de agosto a outubro (logo após o arranque), com a ressalva de que esta operação já empregava pouco trabalho humano quando comparada à colheita. As outras atividades para as quais era contratado o trabalho volante eram pouco expressivas e dispersas em vários meses do ano¹².

O cultivo do feijão passou por um significativo processo de tecnificação no período 1971/72 a 1993/94. Inicialmente, a mecanização abrangeu a preparação dos solos (aração/gradeação), atingindo 90,5% da área total arada em 1993/94 (Tabela 7).

Reduz-se, também, o plantio manual (9,9% da área plantada em 1993/94) e mais ainda aquele efetuado com tração animal (2,6% do total). No

¹¹Com base nesta consideração, apresenta-se de que forma atuou o uso de máquinas na organização do trabalho, através de indicadores de crescimento da mecanização da cultura do feijão na DIRA de Sorocaba, onde entra como principal cultura na demanda por trabalho com 12% do total (BALSADI, 1996). Embora os dados sobre as técnicas empregadas na produção refiram-se à DIRA como um todo e não exclusivamente aos municípios pesquisados, certamente elucidam o desenvolvimento pelo qual passaram também estes municípios.

¹²De acordo com pesquisa realizada no início da década de 80 em 139 unidades agrícolas da Delegacia Agrícola de Itararé, composta dos municípios de: Barão de Antonina, Itaberá, Itaporanga, Itararé e Riversul. Do total pesquisado, cerca de 73% dos estabelecimentos utilizavam mão-de-obra familiar, sendo a presença de empregados permanentes menos expressiva (21% dos estabelecimentos). O emprego do trabalho temporário foi atestado em mais de 45% dos estabelecimentos (GRAZIANO DA SILVA (Coord.), 1982).

TABELA 6 - Evolução da Área Cultivada, Município de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1969/70 a 1995/96

Produto	(em hectare)					
	Itaberá					
	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Algodão	2.400,0	2.500,0	2.500,0	900,0	100,0	-
Arroz	605,0	3.000,0	4.500,0	2.500,0	2.500,0	2.000,0
Feijão das águas	2.420,0	8.000,0	22.000,0	19.000,0	16.200,0	8.000,0
Feijão da seca	3.630,0	6.000,0	22.000,0	19.000,0	7.000,0	8.000,0
Milho	16.940,0	5.000,0	12.000,0	12.000,0	13.000,0	14.000,0
Soja	-	1.500,0	5.000,0	1.500,0	2.800,0	2.000,0
Trigo	193,6	3.500,0	6.000,0	3.500,0	4.000,0	2.000,0
Reflorestamento	6.300,0	15.000,0	17.000,0	34.000,0	35.400,0	26.800,0
Pastagens	48.842,0	50.000,0	21.000,0	21.000,0	21.000,0	34.000,0

Produto	Itararé					
	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Arroz	8.500,0	5.000,0	3000,0	3.000,0	1.400,0	1.300,0
Feijão das águas	7.000,0	10.000,0	22.000,0	17.000,0	12.500,0	6.000,0
Feijão da seca	3.500,0	10.000,0	22.000,0	17.000,0	10.000,0	5.000,0
Milho	17.000,0	8.000,0	6.000,0	13.000,0	20.000,0	16.000,0
Soja	15,0	500,0	800,0	200,0	300,0	500,0
Trigo	250,0	-	-	950,0	1.200,0	2.000,0
Reflorestamento	9.300,0	25.000,0	15.000,0	16.000,0	23.000,0	25.000,0
Pastagens	40.000,0	40.000,0	36.000,0	39.000,0	37.000,0	39.000,0

Produto	Riversul					
	1969/70	1974/75	1979/80	1984/85	1989/90	1995/96
Arroz	2.500,0	500,0	1.200,0	1.500,0	600,0	300,0
Feijão das águas	4.000,0	4.800,0	14.000,0	10.000,0	8.000,0	2.000,0
Feijão da seca	3.000,0	6.000,0	14.000,0	10.000,0	6.000,0	2.000,0
Milho	10.000,0	4.500,0	4.000,0	8.000,0	5.000,0	2.500,0
Reflorestamento	40,0	48,0	48,0	-	-	-
Pastagens	13.000,0	10.500,0	11.000,0	15.600,0	13.100,0	25.500,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

processo motomecanizado, as operações de plantio e adubação são efetuadas por um sistema simultâneo de implementos, sendo que um único equipamento, tracionado pelo trator, sulca, deposita as sementes, planta e fecha o sulco.

Na operação de capina, a inovação mais importante ficou por conta da intensificação no uso de herbicidas. Somadas as proporções de área capinada com tratores e com herbicidas atinge-se um valor de 67,2% em 1993/94. Na colheita, a mudança mais relevante foi na fase após o arranque e enleiramento do feijão. A colheita manual é

facilitada pelo sistema radicular superficial do feijoeiro, em que após o arrancamento, as plantas são enleiradas (colocadas em fileiras) para secagem ao sol. Em dias chuvosos, evita-se colher, pois o produto precisa secar antes de ser recolhido (o feijão brota facilmente com a umidade, levando a perdas significativas na produção).

Anteriormente, o beneficiamento era feito por processos manuais, quando as vagens estavam totalmente secas e o procedimento mais comum consistia em bater nas vagens com uma vara flexível. A seguir, realizavam-se uma abanação e o

TABELA 7 - Percentuais de Área de Feijão, Segundo o Tipo de Tração Utilizada para cada Operação, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1993/94

Operação	1971/72	1974/75	1979/80	1985/86	1988/89	1993/94
Aração						
c/ animal	67,5	49,4	21,4	26,2	27,2	9,5
c/ trator	32,5	50,6	78,6	73,8	72,8	90,5
Plantio						
Manual	74,3	60,6	19,9	17,2	12,6	9,9
c/ equipamento ¹	25,7	39,4	80,1	-	-	-
c/ animal	-	-	-	8,4	22,1	2,6
Motomecanizado	-	-	-	74,4	65,3	87,5
Capina						
Manual	54,3	58,0	44,3	29,0	32,9	13,5
c/ animal	44,8	40,0	40,4	29,1	38,5	19,3
c/ trator	0,9	2,0	15,3	26,6	12,8	20,4
c/ herbicidas	15,3	15,8	46,8
Colheita						
Manual	98,7	98,8	94,3	89,9	50,1	43,8
c/ colheitadeira	1,3	1,2	5,7	0,8	2,2	7,7
Mista ²	9,3	47,7	48,5

¹Equipamento à tração animal e motomecânica.

²Arranque manual e o restante realizado com máquinas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

peneiramento para separar os grãos dos restos vegetais e de outras impurezas. Outros procedimentos adotados seriam a passagem de animais ou tratores por sobre as plantas secas (ROMÃO, 1981).

Atualmente, emprega-se o trabalho humano somente no arranque e enleiramento das plantas, em seguida vem uma única máquina que recolhe o produto, separa o grão do restante da planta e deposita o produto já limpo da palha em caminhões, já ensacado ou não.

Além da redução no nível de emprego geral, as alterações tecnológicas no cultivo afetaram a utilização da mão-de-obra durante o ano agrícola (Tabela 8). No preparo do solo, no plantio e nos tratos culturais, o emprego passou a ser bem menor relativamente à colheita. A evidência clara é a de que as modificações tecnológicas levaram a um crescimento da sazonalidade do trabalho durante o ano (Figura 2).

A operação de preparo do solo (aração e gradeação) foi a que apresentou, ao longo do tempo, redução substancial na força de trabalho empregada. De meados dos anos setentas ao início da década 80, as atividades de tratos culturais e

colheita absorviam cerca de dois terços do total de dias de serviço empregados no ciclo produtivo. Embora neste período a mão-de-obra nos tratos culturais seja equivalente à da colheita, diferenças importantes ocorreram: as atividades de tratos culturais (principalmente capinas) eram distribuídas de maneira mais uniforme, por várias semanas, enquanto que as da colheita (arranque e enleiramento) devem se realizar no menor prazo possível.

A principal consequência da mecanização sobre o trabalho da mulher na agricultura se manifesta na sua exclusão de parte do processo produtivo, uma vez que as máquinas agrícolas são quase que exclusivamente operadas por homens. Esta exclusão é portanto parcial, pois fica restrita às fases mecanizadas dos cultivos.

No caso específico da colheita do feijão, antes da mecanização da fase de beneficiamento, o dia de trabalho era dividido em dois períodos: até o meio dia, as trabalhadoras realizavam a colheita do produto, sendo esta atividade remunerada por produção; o período da tarde era reservado para a execução do beneficiamento, sem ser o pagamento efetuado por produção, mas sim um valor fixo para o período de trabalho. Havia ainda a quebra

TABELA 8 - Distribuição Percentual da Mão-de-Obra Utilizada Segundo a Operação, Cultura do Feijão, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1974/75 a 1993/94

Operação	1974/75	1979/80	1985/86	1988/89	1991/92	1993/94
Preparo da terra	17,5	12,2	14,9	16,3	10,3	6,3
Plantio e adubação	2,5	3,8	10,1	9,5	6,6	8,4
Adubação de cobertura	11,4	7,0	6,6	2,6	2,7	10,3
Tratos culturais	35,6	32,7	22,8	25,2	16,3	18,2
Colheita	33,0	44,3	45,6	46,4	64,1	56,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

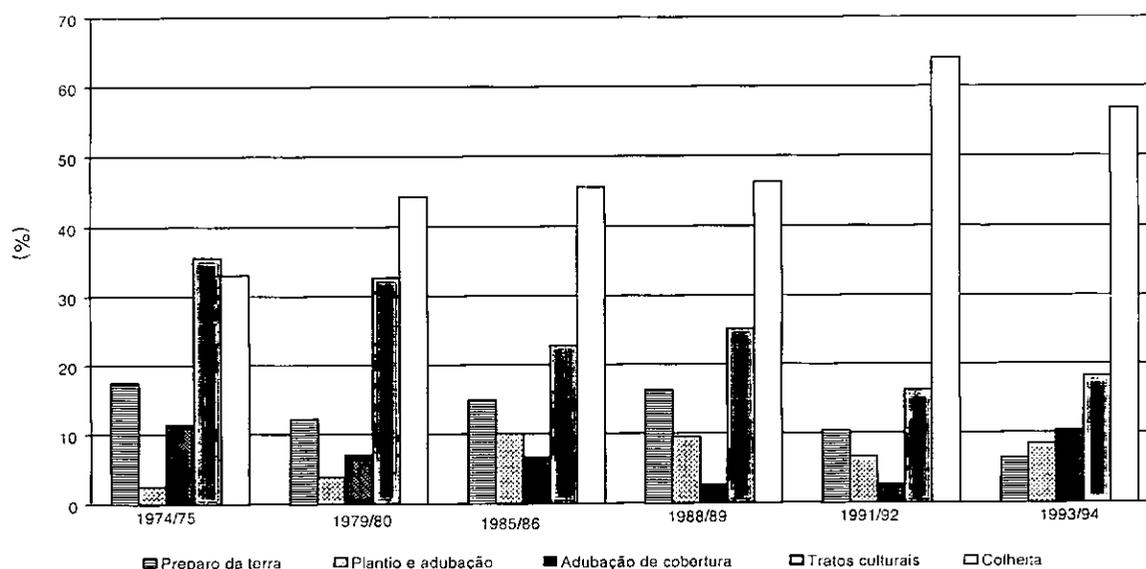


Figura 2 - Mão-de-Obra Utilizada na Cultura do Feijão, Segundo as Operações, DIRA de Sorocaba.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

de milho, colheita de outros produtos, as capinas distribuídas nos meses de entressafra e a roçada do pasto.

Com a redução das oportunidades de ocupação, a força de trabalho feminina passa a ser requisitada de forma descontínua e irregular, sempre compatibilizando os afazeres domésticos e o trabalho remunerado. A dupla jornada é vivenciada parte do ano de forma mais drástica, e parte amenizada pela descontinuidade do trabalho assalariado. Mas nesta última situação, persiste a insta-

bilidade nas condições de sobrevivência das famílias.

A análise dos resultados do levantamento de campo possibilitou a observação de três situações distintas sobre o trabalho das volantes durante o ano¹³ (Tabela 9).

A primeira situação refere-se àquelas que

¹³As diferentes situações apresentadas permitem visualizar a organização do trabalho durante o ano, porém, não esgotam os diversos arranjos que as trabalhadoras lançam mão para garantir a reprodução da família.

TABELA 9 - Principais Ocupações das Trabalhadoras Volantes Durante os Meses do Ano, Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, Estado de São Paulo, 1996

Mês	Situação 1 ¹	Situação 2 ²	Situação 3 ³
Jan.	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Fev.	Serviços na cidade	Capinas, trabalho em olericultura	Serviço permanente na cidade
Mar.	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Abr.	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Mai	Arranque de feijão	Arranque de feijão e colheita de outros produtos (milho)	Arranque de feijão
Jun.	Serviços na cidade	Colheita de outros produtos	Serviço permanente na cidade
Jul.	Serviços na cidade	Praticamente sem serviço	Serviço permanente na cidade
Ago.	Serviços na cidade	Capinas	Serviço permanente na cidade
Set.	Serviços na cidade	Capinas e trabalho em olericultura	Serviço permanente na cidade
Out.	Serviços na cidade	Capinas e trabalho em olericultura	Serviço permanente na cidade
Nov.	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão
Dez.	Arranque de feijão	Arranque de feijão	Arranque de feijão

¹Trabalham na colheita do feijão e em serviços diversos na cidade durante as outras épocas do ano.

²Trabalham na colheita do feijão e em outras atividades rurais durante o ano.

³Trabalham na cidade e colhem feijão durante a safra.

Fonte: VICENTE (1997).

trabalham em atividades rurais apenas na fase de arranque de feijão (compreende os meses de março, abril, maio e, em menor escala, o mês de junho, no caso do feijão da seca, e novembro, dezembro e janeiro para o feijão das águas). Nos outros meses do ano elas fazem os mais diversos serviços e/ou atividades urbanas, como lavar roupa, vender salgados, carregar e descarregar caminhões e carretas com mercadorias, dentre outras. Na verdade é fazer o serviço que aparece, pois a remuneração da mulher é fundamental para a família.

A outra situação constatada refere-se às trabalhadoras que exercem, preponderantemente, atividades agrícolas. O arranque do feijão constitui o trabalho principal, o que auferir maior ganho. As outras atividades se distribuem durante o ano, englobando capinas no feijão, no milho e na soja, e atividades no cultivo de olerícolas. Atualmente, a colheita do milho ocupa pouca mão-de-obra devido à mecanização, o mesmo ocorre com as capinas na grande maioria dos produtos cultivados.

Em decorrência da motomecanização dos cultivos e a pequena diversidade da pauta de cultivos, essa situação vem perdendo espaço na ocupação das trabalhadoras. O excedente de força de trabalho disponível fora do período de arranque do feijão, ocasiona um rebaixamento brutal nas diárias pagas às volantes na atividade agrícola.

A terceira situação verificada corresponde

às trabalhadoras que têm como principal atividade aquela na cidade. As empregadas domésticas e aquelas que trabalham nas serrarias (realizam o acabamento das peças de madeira) constituem exemplos observados. Na época da safra do feijão, ou tiram férias do serviço, ou fazem acordo com as patroas ou patrões para conseguir uma renda maior colhendo feijão.

Uma outra situação, que não consta da tabela 8 por representar uma nova relação de produção e de trabalho, diz respeito às trabalhadoras bóias-frias que passaram para a condição de assentadas rurais. Essa passagem das mulheres volantes se insere na principal mobilização dos trabalhadores rurais da região, encaminhada para a obtenção de terras para produzir.

5.2 - As Condições de Trabalho e de Vida

A procedência das trabalhadoras é geralmente rural, sendo os pais pequenos proprietários, assalariados permanentes, parceiros ou bóias-frias. O trabalho na lavoura esteve presente desde a idade de onze ou doze anos. Quando os pais eram assalariados permanentes ou produtores rurais, ajudavam nas tarefas agrícolas e nos serviços domésticos. A passagem para o assalariamento temporário vem acompanhando as mudanças no pro-

cesso produtivo regional, com maior fôlego no final dos anos setentas e início dos oitentas, quando o feijão assume a liderança dos cultivos.

Nas atividades agrícolas em geral, bem como na colheita do feijão, predomina como forma de contratação das trabalhadoras volantes, o empreiteiro individual (gato). Nos pontos de arregimentação mais movimentados, em dias normais, cerca de sete ou oito caminhões efetuam o transporte. Quando chove forte durante a madrugada ou o dia amanhece chuvoso, normalmente aparecem apenas os empreiteiros que precisam terminar algum serviço já tratado. A colheita não pode ser feita nesta situação, pois o feijão deve permanecer no solo para secagem, e a umidade comprometeria a qualidade do produto.

As trabalhadoras acordam antes das 3 horas, preparam o almoço para a família e vão às 4 horas para o ponto, mas nem sempre o dia de trabalho está garantido. Geralmente não levam almoço, uma vez que o trabalho deve se iniciar ainda na madrugada, por volta das 5 ou 6 horas, e terminar por volta das 12 horas, para que o feijão possa secar e ser recolhido posteriormente. Em horários mais avançados, o sol quente resseca a planta dificultando o arrancamento, pois machuca as mãos e reduz o rendimento. Muitas vezes, acontecem atrasos no retorno para a cidade e nessa situação elas ficam sem comer até quase o final da tarde. Neste período, a jornada diária de trabalho da mulher começa bem antes do amanhecer, por volta das 2 ou 3 horas, e se estende até o final do dia com raros momentos de descanso, pois terminado o trabalho remunerado, retoma o doméstico.

Apesar de toda regulamentação sobre o transporte dos trabalhadores rurais em ônibus ou caminhões adequados, o usual é o caminhão, com assentos de tábuas na carroceria para as pessoas se acomodarem e cobertura de lona, o que atualmente não é permitido¹⁴. Devido à lotação muitas

¹⁴A legislação vigente prevê o transporte em ônibus ou caminhões fechados, com estrutura de alumínio e não simplesmente lona. Deverão possuir apenas uma abertura para a entrada das pessoas e duas janelas para ventilação e iluminação bem como escada para subir no veículo. Na parte interna, os bancos deverão ser dispostos como os de um ônibus e as ferramentas deverão ser acomodadas em compartimento separado dos trabalhadores. A tendência atual vai no sentido de que o transporte passe a ser efetuado por

trabalhadoras vão em pé, em viagens longas de uma hora a uma hora e meia. As crianças também vão, as maiores para ajudar na colheita e as menores quando não têm com quem ficar em casa. Das entrevistas com sindicalistas e técnicos da Secretaria da Agricultura, concluiu-se que esta é a situação que predomina no transporte dos trabalhadores, sendo neste caso a única vantagem dos transportados o fato de não precisarem de instrumentos cortantes para efetuar a colheita do feijão¹⁵.

O pagamento da colheita é feito por empreita, do produtor para o empreiteiro, que por sua vez remunera a trabalhadora em função de sua produtividade na tarefa. Nesta época, encontram-se em situação mais favorável para conseguir um pagamento melhor pelo trabalho, devido à maior demanda da força de trabalho. Porém, o período de colheita do feijão é curto, em função das características do produto. Como lembra GRAZIANO DA SILVA (1997), afinal o bóia-fria tem que sobreviver durante todo o ano, apesar de conseguir emprego em uma parte dele.

Durante os meses de colheita, as trabalhadoras volantes conseguem serviço, em média, durante vinte dias no mês. No caso específico do feijão, emprega-se como unidade de pagamento o "salaminho", que equivale a 1/16 de um alqueire. Assim, a trabalhadora recebe uma dada quantia para colher um "salaminho". Levando-se em consideração que são necessários de dez a doze pessoas para colher um alqueire de feijão em um dia, uma pessoa colhe, em média, até dois "salaminhos"/dia.

A diária é portanto variável, sendo que em dezembro de 1996 chegava até R\$24,00 ou

ônibus. De acordo com PORTO (1993), a norma acabou sendo cumprida apenas em parte, dependendo da correlação de forças das diferentes regiões do Estado de São Paulo.

¹⁵Uma das trabalhadoras entrevistadas relatou que os caminhões carregam até 100 pessoas. Nos pontos de partida, verificaram-se cerca de 80 bóias-frias, número variável com o serviço a ser tratado com o produtor. Para o empreiteiro é interessante terminar rapidamente o serviço empreitado para iniciar outro, sendo mais rentável, portanto, arregimentar o maior número possível de trabalhadores. Quando o caminhão vai partir, as pessoas entram rapidamente em busca de acomodação, o que na verdade significa o dia de trabalho. Todos se acomodam como podem, não havendo separação entre homens e mulheres na carroceria do caminhão.

R\$25,00. A maioria informou receber os valores máximos¹⁶. O valor médio, relatado pelos técnicos das Casas de Agricultura, era de cerca de R\$19,00. Quando o produto a ser colhido encontra-se em uma área com muito mato, há uma dificuldade maior para o arranque, caindo a produtividade do trabalho e a diária a ser recebida, com valores em torno de R\$12,00.

O valor pago pelo produtor para a colheita de um alqueire de feijão estava em torno de R\$300,00 (em dezembro de 1996). Desse total, o empregado ficava com um percentual variável situado ao redor de 30% ou 40%¹⁷, repassando o restante para os bóias-frias. Como tarefa, o empregado se encarrega de arregimentar os volantes, transportar até o local de trabalho, marcar o terreno para distribuir a tarefa e acompanhar o trabalho no campo.

Ao receberem por rendimento diário, em nenhum momento se percebe o fato de as mulheres serem menos remuneradas que os homens nas mesmas condições de trabalho. O que transparece é a possibilidade de acelerar o trabalho através da incorporação das crianças, que ajudam a mãe.

Sobre a escolha entre homens ou mulheres para o trabalho, os arregimentadores de mão-de-obra, em geral, não vêem diferença, ressaltando inclusive que algumas mulheres rendiam mais do que os homens. A observação nos pontos de partida para o trabalho evidenciou que as mulheres são mais tímidas e aguardam mais afastadas do caminhão a movimentação de embarque para o trabalho. Em dias de menos serviço é maior o número de mulheres que perdem o dia de trabalho do que o de homens.

O processo de desenvolvimento das relações de trabalho, a organização dos bóias-frias e a conquista de espaços próprios para as reivindicações não atingiram os municípios de Itaberá, Itararé e Riversul. O período relativamente curto em que se realiza o arranque do feijão e a elevada mobilidade das pessoas nos estabelecimentos

¹⁶Receber uma boa diária significa ser uma "boa arrancadeira" nos dizeres das trabalhadoras.

¹⁷Esta informação não foi obtida diretamente com o empregado, dada a dificuldade em obter a resposta. Pode, também, variar em função da disponibilidade da mão-de-obra para efetuar o serviço tratado.

rurais dificultam a efetivação do registro em carteira e a obtenção dos direitos, tais como: férias remuneradas, 13º salário e a possibilidade de solicitar o salário desemprego. Os relatos dos sindicalistas da região apontam que as demandas entre empregados e bóias-frias abrangem, geralmente, uma determinada turma e se referem a problemas no pagamento da tarefa. Neste contexto, a manifestação das mulheres é dificultada devido ao receio de não conseguir trabalho no dia seguinte. Geralmente, são tímidas com relação a enfrentamentos com os empregados.

A procura ao Sindicato ocorre na questão da aposentadoria, uma vez que a inexistência do registro em carteira limita muito a obtenção deste benefício. As trabalhadoras têm que provar o tempo de trabalho através de declarações dos empregadores, processo difícil. O fato de iniciarem muito cedo um trabalho que exige esforço físico, por volta dos onze, doze anos, faz com que aos 50 anos apresentem problemas de coluna, dentre outros.

Se, por um lado, é na época de colheita do feijão que obtém uma remuneração melhor, por outro, o rendimento depende do desempenho no trabalho. Sem a aposentadoria, as mais idosas são duplamente prejudicadas, pois quando conseguem serviço o recebimento é menor¹⁸.

Como as trabalhadoras não são registradas, portanto não existe uma individualização imposta pelo contrato de trabalho, muitas levam os filhos para ajudar. Assim, surgem diversos arranjos, na tentativa de conseguir um ganho maior, mas que na verdade acabam sendo mais lucrativas para o empregado e para o produtor. Alguns relatos confirmam esta situação:

"Conseguimos tirar de R\$45,00 a R\$50,00 por dia de trabalho colhendo uma quarta de feijão (corresponde a quatro salaminhos) em duas pessoas". Este caso refere-se à mãe e ao filho mais velho.

¹⁸Apesar da preponderância da relação de trabalho assalariado na colheita do feijão, outros arranjos são efetuados, principalmente entre os pequenos produtores. Vizinhos ou parentes se auxiliam nesta atividade, efetuando mutirões para a colheita em diversos estabelecimentos. Há também o caso de trabalhadoras rurais que realizavam a colheita para pequenos produtores, recebendo como pagamento metade da produção colhida.

"Recebo até R\$24,00 por dia, com a ajuda de dois filhos menores".

Se durante a colheita do feijão a ocupação apresenta maior estabilidade, nos outros períodos, estas condições são muito alteradas (a entressafra compreende o período de junho a outubro, recordando-se ainda que as outras fases do cultivo já estão mecanizadas). Não existem oportunidades no setor urbano, apenas serviços de curta duração e instáveis, geralmente sem registro em carteira. A época da colheita de feijão representa um tempo de "fartura", pois conseguem trazer um pouco do produto colhido para as refeições. Outro fato comum é a permissão do produtor para que seja coletado o feijão que ainda permanece no campo após a colheita.

Algumas trabalhadoras empregam-se na Cargill (localizada no município de Itaí), na produção de sementes de milho¹⁹. No corte de Pinus, geralmente são utilizados homens, devido ao esforço despendido no carregamento da madeira²⁰. No setor urbano, as ocupações verificadas foram: o trabalho de doméstica e o trabalho nas serrarias²¹.

As poucas trabalhadoras volantes que se ocupam das atividades rurais de maneira mais uniforme durante o ano não possuem de forma alguma uma situação melhor, pois recebem uma diária fixa totalmente incompatível com um dia de serviço, que se inicia por volta de 5 horas da manhã, com a chegada ao local do transporte, e termina às 17 horas,

¹⁹De Itaberá seriam empregadas cerca de 150 pessoas (homens e mulheres) nesta atividade, com contratos temporários na época de florescimento até a colheita das sementes de milho.

²⁰Segundo informações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itararé, verifica-se neste município o emprego de mulheres para empilhar, retirar galhos e medir a madeira. Em dezembro de 1996, recebiam de R\$6,00 a R\$8,00 por dia de trabalho, sem registro em carteira. Há ainda a ocupação na extração de resina.

²¹Visitou-se uma serraria, onde as trabalhadoras fazem, com maior frequência, o acabamento das peças de madeira. Não são registradas e recebem um salário mínimo por mês, mas a vantagem reside na estabilidade em termos da remuneração mensal. Na época da colheita do feijão, são atraídas para esta atividade pela possibilidade de maior ganho no mês. O técnico da Casa da Agricultura de Itararé acrescentou que várias serrarias da região fecharam agravando ainda mais a situação do emprego no município.

com a chegada em casa após às 18 horas²².

As transformações na agricultura regional, destacando-se aquelas referentes à composição da produção e ao processo de mecanização das diversas operações, têm causado forte impacto na reprodução dos bóias-frias e os condiciona a buscar trabalho em locais mais distantes. Leva ainda à existência de um excedente de mão-de-obra prontamente disponível para ser empregada com baixos salários.

No caso da mulher bóia-fria, a opção recai no segundo caso, já que deslocamentos da família para cidades mais distantes ou mesmo para outros estados implicam gastos que não têm condições de arcar. Geralmente, vão o marido e os filhos mais velhos²³, que se ausentam por longos períodos durante o ano. Para as mulheres esta mobilidade não existe, pois os filhos e a casa são de sua total responsabilidade.

Atualmente, recebem cestas básicas com alimentos. Assim, sua reprodução como bóias-frias permanece artificialmente amparada. Para se ter uma idéia das grandes questões estruturais que afetam as populações pobres destes municípios, menciona-se uma constatação interessante. As trabalhadoras não estavam acostumadas a utilizar o fubá, produto componente da cesta básica. Providências foram tomadas por parte dos distribuidores das cestas, ou seja, na embalagem do produto passaram a constar receitas. Duas considerações precisam ser feitas: faltavam os ingredientes restantes para fazer os pratos e muitas trabalhadoras não sabiam ler.

Outra fonte para se visualizar as condições do trabalho volante seria a evolução das diárias pagas nos municípios pesquisados, desde os anos oitentas até os dias atuais, com base em uma série de dados obtida pelo Instituto de Economia Agrícola²⁴. Os salários são levantados em abril e no-

²²Em dezembro de 1996, uma trabalhadora informou receber uma diária de R\$5,00. Apenas quatro ou cinco trabalhadores da vila onde residia possuíam regularidade no trabalho, na atividade de olericultura.

²³Muitos vão trabalhar no Paraná, mas após um tempo acabam sendo mandados embora, segundo o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itararé.

²⁴Detalhes sobre o levantamento encontram-se em NO-GUEIRA (Coord.), 1992.

vembro e, embora não se refiram especificamente ao pagamento da colheita do feijão, devido à coincidência com o período desta, certamente refletem épocas de pagamentos superiores aos meses da entressafra (Tabela 10).

De modo geral, nos três municípios, os salários caem rapidamente com a crise econômica do início dos anos oitentas, particularmente em 1983. Recuperam-se a partir de 1985 e atingem o ponto máximo em 1986 em decorrência do Plano Cruzado, voltando a decrescer a partir daí. Em 1994, a diária paga ao volante é bem inferior àquela recebida no início dos anos oitentas.

É nítida a tendência de decréscimo nos valores das diárias pagas ao trabalho volante, contribuindo para esta situação os elevados índices inflacionários. Acrescente-se, ainda, a política de arrocho salarial ao longo do período considerado. Efetuando-se um paralelo, o salário mínimo, referência para o pagamento dos salários rurais, caiu a menos da metade entre 1980 e 1990.

Devido às condições de instabilidade no trabalho é difícil avaliar a renda com que as famílias sobrevivem. O ganho mensal é mais uniforme apenas quando um ou dois membros da família possuem um emprego fixo, situação bem menos comum. É usual conseguir apenas a informação da diária que estão recebendo no momento.

Mesmo diante dessa limitação, vale a pena mencionar algumas situações observadas, uma vez que devem espelhar uma realidade dominante entre as famílias das trabalhadoras volantes. Foram registrados valores em torno de um salário mínimo e no máximo de três salários mínimos como rendimento mensal das famílias, acrescentando-se serem, geralmente, famílias numerosas.

Sobre este aspecto, dois pontos podem ser mencionados, um relacionado às condições de vida destas populações e outro relacionado à inserção das trabalhadoras no processo produtivo da agricultura. Quanto às condições de vida, essas são visivelmente precárias, em que o acesso à informação e aos métodos anticoncepcionais são mais difíceis de serem obtidos. Com relação à inserção no processo produtivo, dá-se de forma individualizada em termos da contratação por parte do empregador, mas de maneira informal sem contrato de trabalho e registro em carteira. Nesse

sentido, embora seja trabalhoso para a mãe e prejudicial aos filhos, ela pode levá-los ao local de trabalho²⁵. As creches, quando se localizam em local próximo à residência, não atendem às necessidades da trabalhadora rural, que deixa o lar por volta das 4 horas na época da colheita do feijão.

A grande maioria das trabalhadoras cursou até a 2ª ou 3ª série do primeiro grau ou então não sabem nem ler e nem escrever. A idade de interrupção de frequência à escola coincide com o ingresso no trabalho agrícola. Se, por um lado, a residência na cidade facilita o acesso à escola para os filhos, que realmente conseguem avançar um pouco mais em termos de anos de estudo, por outro, em tenra idade vão se incorporar à força de trabalho, abandonando o estudo.

A exploração do trabalho das crianças apresenta aspectos contraditórios, permanecendo como que disfarçada, pairando para a família a idéia de que a atividade precoce é garantia de ocupação futura. O acompanhamento desta questão mostra ações governamentais associadas a ações da iniciativa privada, numa atuação voltada quase que totalmente ao emprego de crianças e adolescentes nas colheitas de cana-de-açúcar e laranja. Fica evidente a preocupação com a criança, porém, muito intensa nos setores mais visados pela imprensa, cuja cadeia produtiva se amolda às exigências das indústrias processadoras da matéria-prima e que tem seus produtos exportados. Essa preocupação está relacionada, portanto, às pressões internacionais sobre o comércio de seus produtos quando da ocupação de crianças qualquer que seja a fase da cadeia produtiva.

Através das condições até aqui mencionadas, a pobreza dos pais vai sendo repassada para os filhos em suas formas mais cruéis, quais sejam, moradias precárias em barracos de madeira com

²⁵Nas atividades da cana-de-açúcar, por exemplo, esta possibilidade não existe, pois não há permissão por parte dos empregadores e nem dos fiscais para o transporte de crianças (ROSSINI, 1988). Outra constatação que merece destaque refere-se à exigência de algumas usinas e destilarias de que as trabalhadoras comprovem, através de atestado médico, terem feito a cirurgia de laqueadura. A restrição, segundo os empregadores, teria por objetivo o não pagamento da licença de 120 dias às gestantes. Evidentemente, tal fato gerou protestos entre as volantes (USINA, 1988).

TABELA 10 - Diárias Pagas aos Volantes nos Municípios de Itaberá, Itararé e Riversul e Salário Mínimo, 1980 a 1996¹

Ano	Itaberá		Itararé		Riversul		Salário mínimo média anual
	Abril	Novembro	Abril	Novembro	Abril	Novembro	
1980	20,42	14,66	14,58	11,00	14,58	11,00	193,50
1981	23,80	27,62	15,87	12,89	15,87	12,89	187,05
1982	23,50	15,08	13,82	14,13	13,82	14,13	190,32
1983	11,45	6,14	9,54	6,14	9,54	6,14	160,39
1984	4,83	6,82	4,83	4,87	4,83	4,87	137,26
1985	8,82	7,45	11,76	7,45	-	5,96	142,37
1986	18,52	-	12,96	25,72	12,96	34,30	140,50
1987	9,03	10,75	9,93	5,37	9,03	5,37	112,85
1988	13,96	2,45	9,30	4,55	15,51	5,25	109,92
1989	12,18	7,54	6,49	6,47	11,36	10,78	116,26
1990	4,84	-	3,63	8,53	-	-	85,70
1991	10,81	5,78	8,10	5,78	5,40	-	85,72
1992	6,97	3,10	4,18	3,10	-	-	89,36
1993	3,76	3,60	4,70	3,04	4,70	3,64	93,36
1994	5,34	6,11	3,21	-	5,34	4,28	88,49
1995	11,39	-	7,97	-	7,97	10,62	99,99
1996	-	14,66	8,18	-	8,18	14,66	108,00

¹Em real de 1996; valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

um ou dois cômodos e chão de terra batida²⁶, falta de cuidados básicos de saúde, nutrição, educação e exploração do trabalho. Vai acontecendo o isolamento das pessoas nos bairros periféricos, de onde dificilmente saem, a não ser para o trabalho. Além da convivência e da ajuda mútua entre vizinhos (inclusive dividindo as cestas de alimentos), o único local mencionado de reunião das pessoas é a escola, para discutir as condições e os problemas relacionados aos filhos que ainda estudam.

Ao se incorporar como mão-de-obra volante, a mulher contribuiu para a formação do mercado de trabalho necessário para alimentar a nova conformação da agricultura local, calcada na produção capitalista de feijão. Sua ocupação passa também a sofrer os impactos da intensificação das técnicas poupadoras de trabalho bem como do estreitamento das oportunidades de serviço devidas ao rearranjo da produção agrícola.

E como trabalhadora rural vai lançar mão de diversas estratégias para sobreviver, participando,

também, como elemento atuante nas transformações das relações de trabalho e de produção. A relação de trabalho, via assalariamento, ao mesmo tempo em que estabeleceu os limites acima mencionados, atuou como fator de mobilização, para uma parcela das famílias, na iniciativa de mudança da situação vigente.

6 - MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO PESQUISADA NO CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS

ALVES (1994), ao efetuar um balanço das lutas dos trabalhadores rurais, colocou que o grau de organização e lutas tem relação direta com o próprio processo de modernização da agricultura, devido às características que assume em relação à concentração fundiária, ao êxodo rural, às condições de trabalho e à concentração de renda. Nesse cenário, destacam-se: as mobilizações dos assalariados rurais por melhores salários e condições de trabalho e as lutas pela conquista da terra e pela permanência na terra.

No caso específico dos movimentos dos bóias-frias, as lutas e as greves tiveram como importante marco a greve de Guariba, em 1984. A violência das manifestações foi uma reação à ex-

²⁶Em Itararé, foi mencionado um auxílio referente a um programa de moradia, cujo recurso era fornecido segundo o número de crianças com até doze anos, para construção e reforma da moradia das famílias carentes. As condições de vida das famílias selecionadas para recebimento do recurso eram tão precárias que o dinheiro acabava sendo utilizado para suprir outra necessidade básica, a alimentação, permanecendo a moradia em segundo plano.

ploração cotidiana dos trabalhadores. Notadamente, estes movimentos eclodiram mais nas regiões onde se concentram as usinas processadoras da cana-de-açúcar e indústrias de suco de laranja e sintetizaram a revolta contra as alterações técnicas para aumentar a exploração da força de trabalho. Na atualidade, os movimentos de trabalhadores, sindicalizados ou não, têm centrado a luta na definição de acordos coletivos de trabalho que procuram implantar no campo conquistas que os trabalhadores de outros setores já obtiveram há mais de 50 anos. *"Neste particular, a conquista do registro de trabalho na carteira profissional é um sonho que se transformou em realidade para alguns"* (OLIVEIRA, 1991b, p. 77).

Como já foi mencionado, o registro em carteira não é efetuado na contratação dos trabalhadores e trabalhadoras volantes de Itaberá, Itararé e Riversul. Em todas as entrevistas, tanto com as bóias-frias quanto com os sindicalistas, produtores e técnicos, a confirmação foi: os bóias-frias nunca são registrados em carteira, homens ou mulheres²⁷. A organização do trabalho se dá basicamente através da figura do "gato", empreiteiro de mão-de-obra, que por sua vez não efetua o registro em carteira. Na cidade, existem os pontos de arregimentação para os quais os volantes se dirigem de madrugada, sem a formalização dos contratos de trabalho.

Acrescenta-se, ainda, a competição para conseguir trabalho, especialmente nos períodos da entressafra, ou seja, persiste a apreensão pela perda do serviço. Atua, também, como fator limitante para a obtenção do registro em carteira, o caráter disperso e irregular da ocupação.

Na atualidade, tem se destacado que as mobilizações dos assalariados da agricultura se expressam, preponderantemente, por melhoria das condições de vida e de trabalho, sem espaço para a reivindicação de volta à terra (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Na região de abrangência do presente estu-

do, as mobilizações dos bóias-frias foram no sentido de conquista da terra para trabalhar. O exemplo concreto é a ocupação da fazenda Pirituba, com 17.500 hectares, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá. O início das lutas pela conquista das terras deu-se em 1980, quando um grupo de pequenos arrendatários da região, que se dedicavam à produção de feijão, conhecendo o histórico de irregularidades que envolvia a ocupação das terras, resolveu ocupar as terras dos boiadeiros grileiros (como ficaram conhecidos os grandes ocupantes)²⁸.

Foi a partir de 1988 que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) intensifica o trabalho com as famílias de bóias-frias, realizando reuniões nas comunidades, sindicatos e nas próprias casas e bairros. Ao longo de quinze anos de lutas e ocupações, foram criadas seis áreas de assentamento, e foram conquistados 6.500 hectares da fazenda Pirituba, finalizando o processo de territorialização da conquista da terra, em que o remanescente da área da fazenda é constituído por reservas, mananciais e terras de pequenos proprietários (FERNANDES, 1996).

A conquista da terra, porém, é um processo moroso e permeado de derrotas até que se consiga o assentamento definitivo. Quando ocorre a expulsão da terra ocupada, as pessoas permanecem em acampamentos, onde as condições são muito precárias em termos de moradia, alimentação e sofrendo ameaças constantes. No caso da fazenda Pirituba, os acampamentos situavam-se às margens da estrada, passando a seguir para o assentamento emergencial. Nessa situação é possível viver um pouco melhor, comparado ao acampamento. As moradias são construídas com madeira ou com caixas de embalagem de leite, que são preparadas e emendadas compondo tetos e paredes das casas. Na situação de acampamento são utilizadas barracas de material plástico, pois no caso de expulsão da terra, rapidamente são desmontadas e transportadas para outro local.

As entrevistas com ex-volantes, que são produtoras rurais e trabalhadoras nos assentamentos, mostram uma situação bem diferente daquela

²⁷A região pesquisada apresenta problemas de registro em carteira, inclusive para trabalhadores permanentes nas propriedades rurais, o que tem sido combatido pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O desrespeito à legislação não ocorre apenas no setor rural, mas também nas serrarias. O empregador apenas registra o trabalhador quando ocorre algum acidente de trabalho.

²⁸O histórico das terras em questão e uma avaliação econômica da produção na fazenda Pirituba encontram-se em FERNANDES (1996) e em VEIGA; BEZE JUNIOR (1985).

vivenciada pelas bóias-frias residentes nas periferias das cidades. As condições de vida são visivelmente melhores. Próximo à casa, reservam um terreno para o cultivo dos produtos de subsistência da família, sendo uma área maior, trabalhada de forma coletiva, destinada ao plantio de culturas para o mercado. Tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos emergencial e definitivo, a preocupação fundamental é a educação e a formação das crianças.

Nas agrovilas, as terras são trabalhadas em lotes individuais - produção individual - ou em cooperativas. No caso das cooperativas, existem diferentes formas de organização. Em algumas, apenas um membro da família é associado, geralmente o homem cabeça de família, enquanto em outras as mulheres e os jovens também são cooperados.

Nas cooperativas, a organização do trabalho das famílias dá-se por departamentos, cada qual responsável pelas atividades a serem desenvolvidas. São os seguintes: administração, agricultura, pecuária, apicultura, suinocultura, máquinas, fruticultura e olericultura. Há também alguns departamentos específicos de algumas cooperativas, como, por exemplo, plantas medicinais²⁹. Trata-se, portanto, da construção de novas estratégias para reprodução do grupo familiar e garantia da permanência na produção agrícola.

Assim, as trabalhadoras se colocam hoje melhor do que ontem, apesar de toda rusticidade das condições que vivem. Um ponto importante é a cooperação existente na nova condição, em que os enfrentamentos para produzir e permanecer na terra são manifestações conjuntas e não processos isolados.

A participação das mulheres na mobilização pela conquista da terra se faz, também, na decisão da família em seguir este caminho, quando percebem a exploração a qual se submetem ao longo de sua vida, a mesma que muitas vezes suas gerações passadas sofreram e que estarão repassando para seus filhos.

7 - CONCLUSÃO

A análise da inserção da mulher como bóia-fria na agricultura dos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, no sudoeste paulista, revelou intensa ligação do trabalho assalariado com o incremento do cultivo de feijão. Na década de 50 o cultivo de feijão se apresentava disseminado por todo o Estado de São Paulo, levemente concentrado na região oeste onde predominava a cultura do café, com maior parcela de cultivos intercalados. No início dos anos setentas, a erradicação dos cafezais paulistas propiciou a desarticulação do cultivo consorciado do feijão, localizado no oeste do estado, passando a região de Sorocaba a concentrar a produção na forma de cultivo não intercalado. Alteraram-se, desta forma, a maneira de produzir e a localização dos cultivos.

O padrão de crescimento e transformação da cultura seguiu os ditames da política agrícola brasileira, ou seja, modernizar a agricultura sem alterar a estrutura agrária, destacando-se que no caso dos produtos alimentícios, os incentivos chegaram defasados em relação a outros produtos. As crises de abastecimento favoreceram os produtores em termos do acesso ao crédito e evolução de preços.

O período de transformações marcantes e de crescimento da produção capitalista de feijão abrangeu meados da década de 70 e início dos anos oitentas. Atuou fortemente o Estado como incentivador das mudanças do processo produtivo, através das políticas de crédito e seguro, políticas de pesquisa e assistência técnica.

Nos municípios de Itaberá, Itararé e Riversul, o feijão ocupou espaços de outros produtos, alternando a ordem de importância, em termos de área, com o milho. A agricultura regional desenvolveu-se com base na pecuária mista e na produção de cereais, principalmente milho, arroz e feijão. Nos três municípios não ocorreu a expansão industrial, permanecendo a agricultura como centro dinâmico do processo produtivo.

Outros aspectos merecem destaque: o sudoeste paulista não se integrou à expansão do café, que foi um importante fator de desenvolvimento econômico do Estado. Também, não experimentou o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, permanecendo ao longo do tem-

²⁹As organizações não governamentais prestam assistência a este tipo de atividade no assentamento.

po como produtora de cereais e voltada para a criação de gado. A modernização da agricultura local se processou com a manutenção da estrutura agrária concentradora de terras.

O uso do trabalho volante intensificou-se com a expansão da cultura do feijão, aumentando também a participação da força de trabalho feminina. São trabalhadores e trabalhadoras, ex-agricultores do local, empregados permanentes nas fazendas ou ainda vindos de cidades próximas ou de outros estados. A atração principal foi a maior quantidade de serviço, pois além da capina e colheita do feijão, trabalhavam na cultura do algodão, do milho, do tomate e no cultivo de olerícolas. Mesmo nessa época de melhores condições de serviço, a reprodução das famílias dos bóias-frias sempre esteve calcada na necessidade de trabalho de todos os membros da família, inclusive os filhos menores.

Ao longo da década de 80 até os tempos atuais, as mudanças no processo produtivo dos cultivos, principalmente no feijão, bem como a reorganização da produção agrícola atuaram no sentido de reforçar a sazonalidade do trabalho e ainda reduzir a ocupação. Dentre as mudanças que interferem mais profundamente na organização do trabalho nas empresas rurais, a mecanização das operações agrícolas tem um papel de elevado destaque. No processo de substituição do trabalho humano, contribuiu decisivamente o subsídio implícito do crédito rural, tornando os preços dos insumos químicos e das máquinas agrícolas artificialmente menores do que os dos insumos tradicionais e da mão-de-obra. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas impõe um novo padrão tecnológico que os produtores passam quase que obrigatoriamente a acompanhar.

As principais conseqüências das mudanças mencionadas sobre o trabalho das mulheres se expressam na exclusão de parte do processo produtivo. O caráter eventual do trabalho se impõe por força das condições de produção, e as trabalhadoras rurais vão concorrer com o uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, passando a acompanhar um calendário de trabalho cada vez mais restrito. Diante dessa situação, lançam mão da alternância da ocupação em atividades rurais e em serviços diversos na cidade, na tentativa de com-

por uma renda mínima que garanta a sobrevivência da família.

Fora do período de colheita do feijão são escassas as oportunidades de ocupação nas atividades rurais, fato agravado pelo recebimento de um pagamento totalmente incompatível com a jornada de trabalho exaustivo que enfrentam as trabalhadoras. Na entressafra, sujeitam-se a receber uma diária ínfima, levando-se em conta o excedente de força de trabalho disponível.

A opção pelo trabalho produtivo remunerado fora da época de colheita esbarra, também, na necessidade de percorrer distâncias longas, difíceis para quem precisa executar todo o trabalho doméstico para reprodução da família. Como responsáveis pelas condições de manutenção da família na produção de valores de uso - alimentação, cuidado da casa, das crianças e os mais diversos serviços domésticos - ficam sem opções de buscar emprego em outras localidades.

Em decorrência das mudanças no processo produtivo da agricultura local, três situações distintas foram verificadas como estratégias de reprodução das trabalhadoras volantes durante o ano. A primeira refere-se ao trabalho volante apenas na colheita do feijão, exercendo atividades e serviços na cidade no período da entressafra. Outra situação constatada foi a das trabalhadoras que exercem, preponderantemente, atividades agrícolas, constituindo-se o arranque do feijão o trabalho principal e que possibilita um ganho maior. Finalmente, há a situação de trabalhadoras que têm como principal atividade o trabalho na cidade, mas nas épocas de colheita do feijão empregam-se como volantes para assim complementar a renda que lhes permite viver em condições bastante precárias.

O exame das condições de vida evidenciou que as trabalhadoras residem em casas de madeira e de chão batido, com reduzido número de cômodos para um elevado número de habitantes, locais de moradia sem água encanada, falta do alimento necessário para o sustento da família e a incorporação das crianças à força de trabalho. Nesse contexto, a reprodução das famílias tem sido amparada pela doação de cestas com alimentos, o que na realidade pouco acrescenta à qualidade de vida.

Inicialmente, na condição de filhas, colaboram ainda meninas nos trabalhos da casa e no cuidado dos irmãos menores. Mais à frente passam a fazer parte da força de trabalho, para garantir a sobrevivência da família. Geralmente, de procedência rural, os pais eram pequenos proprietários, assalariados permanentes, parceiros ou bóias-frias, ao se incorporarem como mão-de-obra volante, contribuem com seu trabalho, para alimentar a nova conformação da agricultura local alicerçada na produção capitalista de feijão.

O caráter disperso do trabalho, sobretudo na entressafra, e a competição pelos empregos existentes acabam dificultando a mobilização e a efetivação de movimentos reivindicatórios por parte dos volantes. As situações conflituosas com o empreiteiro de mão-de-obra, o "gato", são acontecimentos mais restritos ao não cumprimento das

condições estabelecidas para a realização do trabalho, normalmente resolvidos com a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Sobre este particular, as condições de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para obtenção dos direitos trabalhistas tornam-se extremamente difíceis face às características do processo produtivo regional, ou seja, períodos relativamente curtos de colheita e de concentração dos volantes nos estabelecimentos rurais e elevada competição pelo emprego na entressafra e mesmo na época de colheita.

Em decorrência da deterioração progressiva das condições de trabalho e de vida, a mobilização de uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras rurais fez-se na luta pela terra, particularmente na ocupação da fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá.

LITERATURA CITADA

- ALVES, Francisco J. C. Balanço das lutas sociais no campo na década de 80. In: **O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.425-458.
- ANTUNIASSI, M. H. R. **O trabalho familiar na agricultura paulista**. Botucatu: UNESP/FCA, 1983. Tese de Livre-Docência.
- BALSADI, Otavio V. et al. **A força de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo: SEADE, 1996. 101p. (Análises & Ensaios).
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, 1940/1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.
- FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. 285p. (Geografia: Teoria e Realidade, 37).
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Ramal da fome: um retrato em números**. São Paulo, mar. 1995. Mimeo.
- GONÇALVES, José S.; SOUZA, Sueli A. M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, v.40, t.1, p.45-63, 1993a.
- _____. Produção de alimentos e concentração fundiária: o caso de feijão em Itaberá, SP, no período 1968-88. _____, v.40, t.1, p.139-155, 1993b.
- _____ et al. Mudanças na composição da área cultivada no estado de São Paulo e suas regiões agrícolas, 1970/72 e 1987/89. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.20, n.12, p.69-92, dez. 1990.

- GRAZIANO DA SILVA, José. **De bóias-frias a empregados rurais** (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme). Maceió: EDUFAL, 1997. 195p.
- _____. (Coord.). **Diferenciación campesina y cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo**. Campinas: UNICAMP/PROTAAL, 1982. v. I-II.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1980. 294p. Tese de Doutorado.
- GUIMARÃES, L. S. P.; BRITO, S. R. **De camponesa a bóia-fria: transformações do trabalho feminino**. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 1989. 48p. (Textos para Discussão, n.12).
- MARTINEZ-ALIER, V. As mulheres no caminhão de turma. In: SINGER, P. et al. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979. p.69-100. (Coleção Estudos Brasileiros).
- NOGUEIRA, Elizabeth A. (Coord.) et al. **Estatísticas de salários agrícola no estado de São Paulo**. São Paulo: IEA, 1992. 100p. (Sér. Inf. Estat. Agric., 1/92).
- NORONHA, Olinda M. Trabalhadoras da cana-de-açúcar: a aprendizagem de classe nas relações de produção. **Reforma Agrária**, Campinas, v.21, n.2, p.20-28, maio/ago. 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991a. 164p.
- _____. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991b. 101p.
- _____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. 88p.
- PANZUTTI, Nilce P. M. **As mulheres da produção familiar do algodão em Leme (1960-1990)**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992. 124 p. Dissertação de Mestrado.
- PAULILO, M. I. S. **O trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1976. 145p. Dissertação de Mestrado.
- PIRES, E. L. S. **Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80**. São Paulo: USP/FFLCH, 1995. 201p. Tese de Doutorado.
- PORTO, M. **De bóias-frias a cortadores de cana: o direito ao progresso com desordem na região de Ribeirão Preto**. São Paulo: USP/Faculdade de Direito, 1993. Dissertação de Mestrado.
- ROMÃO, Devancyr. A. **Do autoconsumo à produção capitalista: a evolução da produção de feijão no estado de São Paulo**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1981. 198 p. Dissertação de Mestrado.
- ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. São Paulo: USP/FFLCH, 1988. 348p. Tese de Livre-Docência.
- SAFFIOTI, H. I. B; FERRANTE, V. L. S. B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: **A mulher rural e mudança no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina**. Brasília: IICA, jul. 1984. p.32-39.

- SAFFIOTI, H. I. B; FERRANTE, V. L. S. B. Mulher e trabalho numa zona rural paulista. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., Friburgo, RJ, out. 1981. 29p. Mimeo.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991. 124p.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Relatório do Projeto FAO/ALADI - Configuração da população em risco de insegurança alimentar no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994. p.1-61.
- SCHUCH, N. M. F. **Mulher, trabalho e capital no campo**: um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul-RS. Porto Alegre: UFRGS/IEPE, 1984. 155p. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, M. M. **A linha da subordinação**: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano. São Paulo: USP/FFLCH, 1994. 193p. Tese de Doutorado.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. 410p.
- USINA exige atestado de esterilidade para contratar, acusam bóias-frias. **Folha de São Paulo**, 9 mar. 1988.
- VEIGA, José E.; BEZE JUNIOR, Zeke. Produto gerado por assentados supera em 300% o investimento do estado. **Reforma Agrária**, Campinas, v.15, n.2, p.66-67, maio/jun.1985.
- VICENTE, Maria C. M. **Inserção da força de trabalho feminina**: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. 228p. Tese de Doutorado.
- WAJNMAN, Simone; PERPÉTUO, Ignez H.O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.123-147, maio 1997.
- WANDERLEY, M. N. **Trajatória social e projeto de autonomia**: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, SP. São Paulo, 1986. (Relatório Parcial).

Recebido em 19/10/98. Liberado para publicação em 29/12/98.

AGRICULTURA



VOLUME 45, TOMO 2, 1998

EXPEDIENTE

Editor

Marina Brasil Rocha

Comitê Editorial

Marina Brasil Rocha (Presidente), Maria de Lourdes Barros Camargo, Paul Frans Bemelmans, Regina Junko Yoshii, Sebastião Nogueira Junior

Relatores Especiais para esta Edição

Celso Luis Rodrigues Vegro, Denise Chabaribery, Francisco Alberto Pino, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Roberto Vicente, Luis Henrique Perez, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Nelson Batista Martin, Sonia Santana Martins, Valquíria da Silva

Bibliografia

Vandete P. do Nascimento Medeiros

Editoração de Texto e Revisão de Arte Final

Maria Áurea Cassiano Turri

Programação Visual

Rachel Mendes de Campos

Editoração Eletrônica

Deborah Silva de Oliveira, Maria Alice Manzo, Rachel Mendes de Campos, Roseli Clara Rosa Trindade

Distribuição

Regina Junko Yoshii, Yara de Cássia Corrêa Silva

Divulgação

José Venâncio de Resende

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
Corpo Técnico em Exercício

DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO

Paulo Edgard Nascimento de Toledo

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Antonio Ambrosio Amaro, Carolina Aparecida Pinsuti, Sonia Santana Martins, Ana Maria Pereira Amaral

CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Valquíria da Silva

Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Devancyr Aparecido Romão, Elizabeth Alves e Nogueira, José Eduardo Rodrigues Veiga, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Regina Helena Varella Petti, Samira Aoun Marques, Terezinha Joyce Fernandes Franca, Yara Maria Chagas de Carvalho

CENTRO DE LEVANTAMENTOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Ana Maria Montragio Pires de Camargo

Alceu Donadelli, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Celma da Silva Lago Baptistella, Denise Viani Caser, Francisco Alberto Pino, Geni Satiko Sato, Lilian Cristina Anefalos, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Lourdes Barros Camargo, Mario Pires de Almeida Olivette, Maura Maria Demétrio Santiago, Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco

CENTRO DE ESTUDOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: José Roberto da Silva

Afonso Negri Neto, Alfredo Tsunehiro, Antonio Roger Mazzei, Benedito Barbosa de Freitas, Carlos Nabil Ghobril, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, Celso Luis Rodrigues Vegro, Denyse Chabaribery, Eloisa Elena Bortoleto, Humberto Sebastião Alves, Ikuyo Kiyuna, Luiz Moricochi, Maria Lúcia Maia, Marina Brasil Rocha, Marisa Zeferino Barbosa, Sebastião Nogueira Junior, Valéria da Silva Peetz, Waldemar Pires de Camargo Filho

CENTRO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Richard Domingues Dulley

Alfredo de Almeida Bessa Júnior, Alceu de Arruda Veiga Filho, Arthur Antonio Ghilardi, Hiroshige Okawa, Malimiria Norico Otani, Maria Célia Martins de Souza, Nelson Batista Martin, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Paul Frans Bemelmans, Silene Maria de Freitas

CENTRO DE COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Diretor: César Roberto Leite da Silva

José Roberto Vicente, Maria Auxiliadora de Carvalho

NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Diretor: Paulo José Coelho
José Alberto Ângelo

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

Diretor: Regina Junko Yoshii
José Venâncio de Resende

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Vandete Pereira do Nascimento Medeiros

NÚCLEO DE TREINAMENTO

Diretor: Ademar Francisco Marques
Mário Antonio Margarido, Marli Dias Mascarenhas de Oliveira, Roberto de Assumpção

NÚCLEO DE EDITORAÇÃO

Diretor: Rachel Mendes de Campos
Deborah Silva de Oliveira Alencar, Maria Áurea Cassiano Turri

CENTRO ADMINISTRATIVO

Diretor: Tânia Regina de Oliveira Melendes da Silva

TÉCNICOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Anelise Veiga, Eduardo Pires Castanho Filho, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sidnei Gonçalves, Luis Henrique Perez, Maria Lúcia D'Apice Paez, Neide Tizue Matsunaga Chiyoda, Sônia Marina da Silveira, Sueli Alves Moreira Souza, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS DO IEA¹

TABELA DE PREÇOS

Publicação/software	Brasil (R\$ por unidade)	Exterior (US\$ por unidade)
Revista Agricultura em São Paulo	5,00	8,00
Revista Informações Econômicas²	3,00	7,00
Coleção Estudos Agrícolas	12,00	20,00
Levantamento Subjetivo³ (município, área, produção, rendimento)	consultar	-
Série Informações Estatísticas da Agricultura (Série IEA)⁴		
até 50 páginas	2,00	4,00
de 51 a 100 páginas	3,00	6,00
de 101 a 200 páginas	4,00	8,00
acima de 200 páginas	5,00	10,00
SOFTWARES⁵		
● Customaq + manual usuário	100,00	-
● Custos + manual usuário	200,00	-
● Custagri + manual	300,00	-
● Acant + manual usuário	76,00	-
● Banco IEA	consultar	-

¹Informações pelo telefone (011) 577-0244 ramal 2354 ou 2349 com Yara ou Regina.

² A assinatura anual (12 fascículos + anuário - Série IEA) de Informações Econômicas custa R\$30,00 no Território Nacional e US\$65,00 no exterior.

³Informações pelo telefone (011) 276-9099.

⁴Inclui Suplementos e Separatas das demais publicações.

⁵Os softwares são adquiridos junto à FUNDEPAG, mediante cheque nominal Banespa 033 - Agência Água Branca - 0637 - conta nº 13-001316-9. Informações pelo telefone/fax: (011) 3872-3355

PUBLICAÇÕES DO IEA

Assinatura e/ou Aquisição Avulsa¹

Assinale com um X, especificando o nº e o ano:

- Agricultura em São Paulo (.....)
- Coleção Estudos Agrícolas (.....)
- Informações Econômicas (assinatura anual: 12 fascículos + anuário - Série IEA)
- Informações Econômicas (exemplares avulsos nºs
- Outros (.....)

FICHA DE CADASTRAMENTO

Nome:

Profissão:

Empresa:

Endereço: (rua, nº, andar, etc.).....

..... CEP.....

Cx. Postal nº Cidade Estado

E-mail:

Telefone: (.....) Fax: (.....)

..... de de 19.....

.....
Assinatura

¹ A aquisição das publicações poderá ser feita mediante:

- Depósito efetuado na Nossa Caixa Nosso Banco S/A - Agência nº 0419-7, Tipo 13 c/c 100.013-9, nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA. Enviar através de fax o comprovante de depósito e a ficha acima devidamente preenchida.
- Envio de cheque nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA, juntamente com a ficha acima devidamente preenchida.

Instituto de Economia Agrícola - Centro de Comunicação e Treinamento

Caixa Postal 68.029 - 04047-970 - São Paulo - SP

CGC 46.384.400/0033-26 - Inscrição Estadual - Isento

Telefone: (011) 577-0244 - ramal 2354 - Fax: (011) 276-4062

HOME-PAGE: <http://www.iea.sp.gov.br> - E-mail: cct@iea.sp.gov.br

STM400-20646/IEASAAAP